Apelação Cível n. 0000104-51.2007.8.24.0018 Chapecó
Relatora: Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski

APELAÇÕES CÍVEIS E REEXAME NECESSÁRIO.
AÇÃO INDENIZATÓRIA AJUIZADA POR PARTICULAR
EM FACE DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DO
ESTADO DE GOIÁS.

**SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS
PEDIDOS FORMULADOS CONTRA O ESTADO DE SANTA
CATARINA.**

PROCEDÊNCIA DO CONTRA O ESTADO DE GOIÁS.
**CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO
POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS.**

1. RECURSO DE APELAÇÃO DO AUTOR.

**(A) PLEITO DE RECONHECIMENTO DA
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DE SANTA
CATARINA.**

NÃO HOMOLOGAÇÃO DA ADOÇÃO NO PAÍS DE
DESTINO.

ALEGAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA DO PODER
JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO CATARINENSES AO
PERMITIR A ADOÇÃO POR CASAL ESTRANGEIRO
RESIDENTE EM PAÍS NÃO RATIFICANTE DA
CONVENÇÃO DE HAIA.

TESE AFASTADA.

PROCESSO DE ADOÇÃO EM CONFORMIDADE COM
AS REGRAS LEGAIS VIGENTES À ÉPOCA.

CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS.
PROCESSO INSTRUÍDO COM DOCUMENTOS
FORMALIZADOS NO PAÍS DE DESTINO QUE
ATESTAVAM A CAPACIDADE DO CASAL ESTRANGEIRO
PARA A ADOÇÃO.

**EXISTÊNCIA DE DOCUMENTO DO PAÍS DE DESTINO
CONFIRMANDO O EFEITO JURÍDICO DA ADOÇÃO.**

RELATÓRIOS E ESTUDOS CELEBRADOS NO BRASIL
COMPROVANDO LAÇOS AFETIVOS E CONDIÇÕES PARA
ADOÇÃO.

SENTENÇA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA.

ADOÇÃO INTERNACIONAL QUE NÃO DEPENDIA DA
RATIFICAÇÃO CONVENÇÃO DE HAIA PELOS PAÍSES DE
ORIGEM E DE DESTINO.

PREVISÃO EXPRESSA DA ADOÇÃO INTERNACIONAL

NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM VIGOR ANTES DA CONVENÇÃO DE HAIA.

NÃO HOMOLOGAÇÃO DA ADOÇÃO POR CIRCUNSTÂNCIAS POSTERIORES, SURTIDAS SOMENTE NO PAÍS DE DESTINO.

INEXISTÊNCIA DE NEGLIGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO CATARINENSES.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA AFASTADA.

(B) PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DA CONDENAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS.

ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DOS VALORES FIXADOS A TÍTULO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS.

TESE AFASTADA.

INDENIZAÇÃO COM FUNÇÃO TRÍPLICE: COMPENSATÓRIA, REPRESSIVA E PREVENTIVA.

MÉTODO BIFÁSICO DE FIXAÇÃO DO VALORES. CONSIDERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO NA DEFINIÇÃO DA QUANTIA INDENIZATÓRIA.

ABALO MORAL AMENIZADO PELO ACOLHIMENTO DO DEMANDANTE EM FAMÍLIA SUBSTITUTA. AUSÊNCIA DE IMEDIATO ABRIGAMENTO.

DANO ESTÉTICO DE GRAU LEVE.

QUANTIAS DEVIDAMENTE FIXADAS.

RECURSO DE APELAÇÃO DO AUTOR CONHECIDO E DESPROVIDO.

2. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO ESTADO DE GOIÁS.

(A) PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO.

TESE AFASTADA.

INOBSERVÂNCIA DO ART. 166, PARÁGRAFO ÚNICO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS.

CRIANÇAS ENTREGUES PELO ADOTANTE DIRETAMENTE AO CASAL GUARDIÃO.

NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA COM OS ADOTANTES, GUARDIÕES, JUIZ E COM REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

ENTREVISTA INFORMAL COM PSICÓLOGA FORENSE.

PROCESSO DE GUARDA INICIADO EM

DESCONFORMIDADE COM AS REGRAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PROCEDIMENTO ILEGAL.

AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DOS FATOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA CATARINENSE, RESPONSÁVEL PELA ADOÇÃO INTERNACIONAL. OMISSÃO INDEVIDA.

CASAL GUARDIÃO QUE MANIFESTA EXPRESSAMENTE ACEITAR A GUARDA DESDE QUE HOUVESSE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PELOS ADOTANTES.

RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO QUE ATESTAM AS DIFICULDADES FINANCEIRAS DOS GUARDIÕES.

OMISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO PODER JUDICIÁRIO. NÃO ESTIPULAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA.

NEGLIGÊNCIA VERIFICADA. OMISSÃO QUE CARACTERIZA DEVER DE INDENIZAR.

(B) RECONHECIMENTO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA.

ACIDENTE OCORRIDO EM ABRIGO.

ABRIGAMENTO REALIZADO EM VIRTUDE DA CONDUTA DO DEMANDANTE.

TESE AFASTADA.

DEVER DO ESTADO ATUAR NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS CASOS DE AMEAÇA OU VIOLAÇÃO DESSES DIREITOS. ART. 98 DO ECA.

APLICAÇÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO DE ABRIGAMENTO (ART. 101, VII, DO ECA)

NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO MESMO QUANDO A AMEAÇA OU VIOLAÇÃO DECORRA DA CONDUTA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ART. 98, III, ECA).

ADOLESCENTE SUJEITO DE DIREITOS. CONDIÇÃO PECULIAR DE PESSOA EM DESENVOLVIMENTO.

CONDUTA DO ADOLESCENTE QUE NÃO SE ENQUADRA COMO CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA, MAS SIM IMPÕE A APLICAÇÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO.

ACIDENTE OCORRIDO EM ABRIGO. MENOR SOB TUTELA DO ESTADO.

OMISSÃO ESPECÍFICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RESPONSABILIDADE CONFIGURADA.

(C) AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS E REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO..

TESES AFASTADAS.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO DE GOIÁS DEVIDAMENTE ANALISADA E CARACTERIZADA.

QUANTUM INDENIZATÓRIO DEVIDAMENTE FIXADO.

(D) **PLEITO DE READEQUAÇÃO DOS CONSECTÁRIOS LEGAIS.**

TESE AFASTADA.

PLEITO EM DESCONFORMIDADE COM OS TEMAS 810 DO STF E 905 DO STJ.

RECURSO DO ESTADO DE GOIÁS CONHECIDO E DESPROVIDO.

3. REEXAME NECESSÁRIO.

REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO.

4. ANÁLISE DE OFÍCIO.

CONSECTÁRIOS LEGAIS.

ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 11.960/09, QUE DETERMINAVA A ADOÇÃO DA TR PARA CORREÇÃO MONETÁRIA DAS CONDENAÇÕES APLICADAS À FAZENDA PÚBLICA, QUE FOI JULGADO INCONSTITUCIONAL PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 870497/SE (TEMA 810).

RECONHECIMENTO DE QUE A REMUNERAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA (TR) NÃO SE QUALIFICA COMO MEDIDA ADEQUADA PARA ACOMPANHAR A VARIAÇÃO DE PREÇOS DA ECONOMIA.

JULGAMENTO DO TEMA 905 DO STJ, ADEMAIS, QUE FIXOU TESES JURÍDICAS A SEREM ADOTADAS PARA O ARBITRAMENTO DOS CONSECTÁRIOS LEGAIS NAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA.

CORREÇÃO MONETÁRIA. ADOÇÃO DO IPCA-E A PARTIR DO ADVENTO DA LEI N. 11.960/2009, DATA EM QUE FIMOU A APLICAÇÃO DO INPC.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 870947 (TEMA 810). MAIORIA DE VOTOS PELA NÃO MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

JULGAMENTO QUE, EMBORA NÃO TENHA SIDO

ENCERRADO, NÃO POSSUI PERSPECTIVA DE MUDANÇA SUBSTANCIAL.

APLICAÇÃO IMEDIATA DO POSICIONAMENTO DAS CORTES SUPERIORES.

NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA NESTE SENTIDO, COM A APLICAÇÃO DA TESE 3.1 FIXADA PELO STJ NO JULGAMENTO DO TEMA 905.

RECURSOS DE APELAÇÃO INTERPOSTOS PELO DEMANDANTE E PELO ESTADO DE GOIÁS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO.

MODIFICAÇÃO DE OFÍCIO DOS CONSECTÁRIOS LEGAIS DE OFÍCIO, NOS TERMOS DOS TEMAS 810 DO STF E 905 DO STJ. APLICAÇÃO DEFINITIVA DOS ÍNDICES NO AGUARDAMENTO DO JULGAMENTO DEFINITIVO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NO RE N. 870.947.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 0000104-51.2007.8.24.0018, da comarca de Chapecó 1ª Vara da Fazenda Acidentes do Trab e Reg Público em que é/são Apte/Apdo(s) Paul Albert e Apelado(s) Estado de Goiás e outro.

A Quinta Câmara de Direito Público decidiu, por votação unânime: (a) **conhecer** do recurso de **apelação** interposto por **Paul Albert e negar-lhe provimento**; (b) **conhecer** do recurso de **apelação** interposto pelo **Estado de Goiás** e negar-lhe provimento; (c) **conhecer** da remessa necessária e **negar-lhe provimento**; (d) **modificar** a sentença, **de ofício**, na parte que determina a aplicação dos consectários legais, devendo ser adotada, para tanto, a tese 3.1 fixada pelo STJ no julgamento do Tema 905, aplicação definitiva dos índices no aguardo do julgamento dos embargos de declaração opostos no RE n. 870.947.. Custas legais.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Exmo. Sr. Des. Hélio do Valle Pereira, com voto, e dele participou o Exmo. Sr. Des. Artur Jenichen Filho.

Funcionou como representante do Ministério Público o Exmo. Sr. Procurador de Justiça João Fernando Quagliarelli Borelli.

Florianópolis, 06 de junho de 2019.

Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski
Relatora

RELATÓRIO

Cuida-se de recursos de **apelações cíveis** interpostos por **Paul Albert e Estado de Goiás** contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados por Paul Albert contra o Estado de Santa Catarina e procedentes os pedidos formulados por aquele contra o Estado de Goiás nos autos da **ação de responsabilidade civil n. 0000104-51.2007.8.24.0018**, ajuizada por Paul Albert contra o Estado de Santa Catarina e o Estado de Goiás, bem como de **reexame necessário**.

1.1 Desenvolvimento processual

Adota-se o relatório da sentença proferida pela magistrada singular Marisete Aparecida Turatto Pagnussatt (fls. 799/849):

"Trata-se a presente demanda de ação ordinária de responsabilidade civil ajuizada por Paul Albert em desfavor do Estado de Santa Catarina e do Estado de Goiás, todos devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, por meio da qual o autor busca provimento jurisdicional que condene os dois requeridos, de forma solidária, ao pagamento de indenização como forma de reparação dos prejuízos de ordem moral sofridos, bem como de indenização pelos danos estéticos suportados, em decorrência da negligência dos dois entes quando do processamento de sua adoção pelo casal alemão Thomas e Elke Albert (fls. 02/22).

Com efeito, sustentou o autor que, ainda no ano de 1994, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina moveu processo de destituição de pátrio poder de seus pais biológicos em razão de sérios problemas mentais apresentados por sua genitora e da ausência de condições psicossociais do genitor, sendo que, um ano após o ajuizamento da ação, tendo persistido as razões iniciais, foi julgada procedente a demanda e o requerente – que à época dos fatos chamava-se Elizandro Salini – juntamente com seus três irmãos, Deivide, Alessandro Dieise e Cristina Salini, encaminhado ao abrigo de menores

deste Município e Comarca de Chapecó.

Prosseguiu relatando que, passado pouco mais de dois meses da sentença de destituição prolatada pelo Juízo da Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude, em julho de 1995 um casal alemão (Thomas e Elke Albert), residente em seu país de origem, após ter obtido a necessária habilitação no CEJA/SC – Comissão Estadual Judiciária de Adoção – ajuizou ação de adoção dos quatro irmãos chapecoenses. De acordo com o requerente, o casal alemão já possuía dois filhos biológicos, uma menina de 09 (nove) meses e um menino de 4 (quatro) anos de idade à época, e buscava pelo mundo a possibilidade de adotar irmãos de origem carente, tendo chegado em Santa Catarina após tentativas inexitosas em outros estados brasileiros.

Dito isso, asseverou que, após terem sido juntados aos autos pelos pretendentes alemães documentos de habilitação e estudo social, devidamente expedidos pelas autoridades alemãs, atestando estarem aptos a adotar em todos os sentidos, bem como documentos certificando que haviam sido esgotadas todas as possibilidades de colocação dos menores em família brasileira e, ainda, documentos atestando estarem cientes da total irrevogabilidade da adoção pela legislação brasileira, a psicóloga do Tribunal de Justiça de Santa Catarina fez oposições quanto à viabilidade da adoção internacional, alegando insuficiência de informações capazes de ensejar o deferimento do pedido, especialmente quanto à saúde psíquica da família Albert. De outro lado, relatou que o representante do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, após longa análise dos autos, manifestou-se favoravelmente à sua adoção e de seus três irmãos pelo casal alemão.

Na sequência, asseverou que, com brevidade incomum, em 06 julho de 1995 foi deferida a guarda provisória dos menores aos alemães, dando-se início ao estágio de convivência na cidade de Curitiba/PR. Ainda no mesmo mês de julho, após ter sido juntado aos autos pelo casal adotante um pedido de abreviação temporal do estágio de convivência e conseqüente antecipação do retorno à Alemanha com os menores, sob a alegação de que a empresa empregadora de Thomas Albert estaria cobrando o retorno breve do mesmo, o casal compareceu pessoalmente na assistência social do Fórum da Comarca de Chapecó, pugnando novamente pela abreviação do estágio de convivência e deferimento do pedido de adoção, com a conseqüente autorização judicial do retorno do casal e seus dois filhos biológicos, juntamente com os quatro irmãos adotados, à República Federativa da Alemanha.

Logo, diante de novo estudo social realizado após o período de convivência, pelo qual ficou atestada a total capacidade do casal alemão de se tornar pais adotivos dos menores, relatou ter sido prolatada sentença favorável e ter a nova família partido ao país estrangeiro.

Todavia, asseverou o requerente Paul Albert que, passados um ano e meio do desfecho da adoção, o casal Albert retornou ao Brasil, mais precisamente à cidade de Curitiba/PR, acompanhado dos quatro filhos adotivos e portando documentos expedidos pelo Juizado da Infância e Juventude do município de residência da família, Edenkoben, e buscando a recolocação das crianças em família brasileira, tendo em vista a adoção não ter sido reconhecido pela Alemanha. Com efeito, relatou o autor que os documentos atestavam que

dois dos menores fizeram-se notar por atos de relevância jurídica, bem como que as crianças não foram capazes de criar bases sólidas com família alemã, razão pela qual as autoridades do país requereram a anulação do processo judicial de adoção, sob pena de deportação dos quatro menores ao Brasil, considerando que seus vistos haviam sido expedidos unicamente para fins de adoção e acabaram por perder a validade quando da não concordância da República Federativa da Alemanha com o procedimento.

Na sequência, alega que, em contato com a Associação Cristã de Assistência Social (ACRIDAS) de Curitiba/PR, local em que o casal obteve as primeiras orientações quando de sua chegada ao Brasil, foi localizada uma família em Goiânia/GO que estaria em "condições" de assumir a guarda das crianças. Desse modo, narrou ter a família Albert se deslocado até a cidade, acompanhada do casal interessado na guarda dos quatro menores – Sirlene Barbosa Correia e Serafim Dias dos Santos – tendo todos se dirigido, então, ao Juizado da Infância e Juventude de Goiânia, onde receberam atendimento da psicóloga da unidade. Nesse instante, relatou que o casal goiano propôs ação de guarda - subscrevendo o requerimento, sem acompanhamento de advogado - , sob o compromisso meramente verbal, salienta o autor, de que o casal alemão enviaria R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais, pedido este deferido pelo juízo goiano sem oitiva do casal alemão nem do casal guardião, havendo simples "comunicação" à assistência social da Comarca de Chapecó, por meio de contato telefônico.

Citou ter fugido de casa após alguns meses de convivência com o novo casal guardião em Goiânia, tendo sido então negociado entre as assistentes sociais das Comarcas de Goiânia e Chapecó o seu retorno à cidade de origem. Referiu, contudo, que depois de um tempo em Chapecó, acabou sendo encaminhado novamente a Goiânia, desta vez a um abrigo de menores. O autor sustentou ter permanecido por muitos anos no referido abrigo, contra sua vontade, sendo que naquela instituição perdeu parte de um dos dedos da mão esquerda enquanto efetuava atividades laborativas cotidianas, razão pela qual requer inclusive indenização pelos danos estéticos decorrentes do acidente. Ainda, informou que durante este período a guarda de seus irmãos foi revogada e estes postos igualmente em abrigos, sendo que posteriormente Christiane foi adotada, restando David e Alexander nas instituições de acolhimento. Por fim, relatou ter sido colocado em outro abrigo após uma fuga, de onde, após ter seus documentos expedidos, saiu espontaneamente antes de atingir a maioridade, no intuito de retornar à cidade de Chapecó e rever sua família biológica.

Dito isso, asseverou que no ano de 2003, o representante do Ministério Público do Estado de Santa Catarina entendeu que a situação dos menores chapecoenses deveria ser enfrentada pelo Juízo de Goiânia e, em seguida, por não haver quaisquer notícias do paradeiro do casal alemão Thomas e Elke Alert, bem como por estarem dois dos menores abrigados, a irmã menor adotada e o autor Paul Albert ter atingido a maioridade, requereu o arquivamento da ação de adoção, pedido acolhido pelo Juízo da Infância e Juventude desta Comarca, sem mais interferências do Poder Judiciário Catarinense no caso.

Diante de todo o até aqui narrado, o autor impõe a culpa, primeiramente, ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, sob a alegação de falta de cuidados no deferimento da guarda e posterior adoção dos quatro irmãos menores ao casal alemão, sem qualquer garantia ou obrigatoriedade de cumprimento dos tratados internacionais referentes à adoção entre países, porquanto a Alemanha não era, à época dos fatos, signatária da Convenção de Haia, também se insurgindo contra a imposição de seu retorno à Comarca de Goiânia após ter se deslocado a Chapecó em busca da família biológica.

Demais disso, atribuiu culpa também ao Ministério Público catarinense, sustentando não ter o *Parquet* agido em defesa dos interesses dos menores desde a ação de destituição de pátrio poder, alegando que não poderia ter sido negado o interesse da tia dos menores em tê-los consigo, sendo que não haviam se esgotado todas as possibilidades de colocação dos irmãos em família substituta brasileira quando do deferimento do pedido de adoção pelo casal alemão. Por fim, reclama desatenção do órgão ministerial ao fato de que a Convenção de Haia não havia sido ratificada pela Alemanha à época do ajuizamento da ação de adoção.

Na sequência, o demandante ainda pugnou pela condenação do Juízo de Goiânia, destacando, inicialmente, a configuração de violação ao princípio constitucional da indispensabilidade do advogado na administração da justiça (art. 142 da CF/88) quando do recebimento da petição inicial da ação de guarda dos menores, ajuizada pelo casal Sirlene Barbosa Correia e Serafim Dias dos Santos, sem que aquela estivesse subscrita por um profissional habilitado. Acusou também desídia daquele juízo ao deferir pedido de guarda ao casal goiano sem que sequer fosse realizada uma audiência para oitiva dos pais adotivos e dos futuros guardiões quanto aos esclarecimentos e exigências pertinentes ao caso. Por fim, asseverou que, diante da notória falta de recursos para prover o sustento das crianças, o casal goiano somente ficaria com a guarda mediante auxílio financeiro do casal alemão, porém o juízo não atentou em fixar qualquer obrigação alimentar ao casal alemão ao sentenciar o processo, deixando ao livre arbítrio deles que, obviamente, não cumpriram com o que ficou prometido verbalmente.

Demais disso, responsabilizou também o Ministério Público do Estado de Goiás por não ter satisfeito seu dever de fiscal da lei e de obrigatória intervenção nas causas em que figuram incapazes, vez que não houve exigência da verba alimentar retro citada tampouco foi observada a falta de profissional de direito habilitado na Ordem dos Advogados do Brasil na subscrição da petição inicial da ação de guarda naquela Comarca. Insurgiu-se por não ter o órgão ministerial recorrido da sentença que deixou de fixar verba alimentar aos menores quando da guarda ao casal goiano.

Pugnou o requerente pela condenação dos requeridos Estado de Santa Catarina e Estado de Goiás, em caráter solidário, ao pagamento de indenização pelos severos prejuízos de ordem moral decorrentes da falta de zelo de ambos, em que pese a gravíssima situação vivenciada pelo autor. *In fine*, requereu a citação dos réus, na pessoa de seus procuradores, para, querendo, contestar; a produção de todos os meios de provas em direito admitidas; fosse oficiado o Juízo da Comarca de Goiás para juntar aos presentes autos cópia integral da

ação de guarda do autor e seus irmãos; o benefício da justiça gratuita ante a sua hipossuficiência; seja a ação julgada totalmente procedente, para condenar os réus ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos, a serem arbitrados justamente por este juízo; assim como a condenação dos réus, também em caráter solidário, ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios (fls. 02-22). Juntou documentos (fls. 23/256).

À fl. 257, deferiu-se a gratuidade de justiça, bem como determinou-se a citação dos requeridos para apresentarem resposta no prazo legal.

Devidamente citado (fls. 266/267), o Estado de Goiás apresentou resposta, na modalidade de contestação (fls. 269/298), alegando, preliminarmente, ilegitimidade *ad causam* para figurar no polo passivo da presente demanda, ao argumento de que todo o mau resultado do processo de adoção internacional ao qual o autor foi submetido foi praticado por prepostos do Estado de Santa Catarina, que deferiram a adoção dos quatro irmãos chapecoenses a um casal alemão, sem, contudo, tomar todas as providências preventivas e cautelares quanto à viabilidade da adoção entre os dois países envolvidos. Dessa forma, pugnou pela sua exclusão do polo passivo do feito, ante à ilegitimidade de parte, *ex vi* dos artigos 3º e 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Em análise meritória, asseverou não haver que se falar em erro do judiciário goiano, primeiramente ante à não habilitação de profissional de direito na petição, sendo este *error in procedendo* e que deveria ter sido atacado pelas vias recursais pertinentes e, em não impugnado no prazo legal, precluso restou o direito. Também alegou não haver que se falar em falta de designação de audiência prévia para a transferência da guarda dos menores, porquanto o art. 33, § 1º da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) preceitua poder ser tal medida deferida liminarmente ou incidentalmente nos procedimentos de tutela e adoção. Quanto às alegações pertinentes à atuação do Ministério Público do Estado de Goiás, sustenta não ter o *Parquet* vislumbrado necessidade de fixação de verba alimentar aos menores tampouco de recorrer da sentença que deferiu a guarda ao casal goiano, tendo tal ente independência e autonomia funcional.

De mais a mais, asseverou ser ônus do próprio autor da ação reparatória a prova do dano sofrido em toda sua extensão, do qual não se desincumbiu, limitando-se a alegar que o Poder Judiciário e o Ministério Público goianos não procederam de forma correta em seus múnus públicos, sem produzir, contudo, qualquer prova de atuação arbitrária, dolosa, culposa ou abusiva. Também alegou não haver que se responsabilizar o Estado de Goiás no que se refere ao dano estético (perda parcial de um dos dedos da mão), porquanto quem determinou fosse o requerente encaminhado ao abrigo onde o ferimento ocorreu foi o juízo da Comarca de Chapecó, devendo ser este o responsabilizado em caso de condenação. Demais disso, asseverou que o simples acidente sofrido, sem a demonstração da responsabilidade do requerido, por ação ou omissão, não justifica a postulada indenização, salvo se adotada a teoria do risco integral, pacificamente rechaçada tanto pela doutrina como jurisprudência.

Ao final, pugnou, preliminarmente, pela sua exclusão do polo passivo da

presente demanda, dada sua ilegitimidade *ad causam*, nos termos da fundamentação. Caso contrário, requereu a improcedência dos pedidos iniciais ante a falta de provas da conduta ilícita supostamente perpetrada pelo Judiciário e Ministério Público goianos. Ademais, em caso de eventual condenação, pugnou pela fixação de *quantum* indenizatório mínimo, a fim de que se evite o locupletamento ilícito do requerente às custas das frágeis contas do erário.

Devidamente citado (fls. 262/263), o Estado de Santa Catarina também apresentou resposta da modalidade de contestação (fls. 299/321), por meio da qual defendeu a ausência de ilegalidades na decisão que deferiu a adoção dos menores chapecoenses ao casal alemão Thomas e Elke Albert. Asseverou que todas as medidas legais para assegurar a regularidade do processo foram adotadas, dentre elas a habilitação dos pretendentes à adoção junto ao Tribunal de Justiça de Estado Santa Catarina; a realização de estudo social, inclusive pelas autoridades alemãs, demonstrando que o casal encontrava-se apto a adotar em todos os sentidos; a juntada aos autos, pelo casal adotante, de declaração atestando que todas as possibilidades de colocação dos menores em família nacional haviam sido esgotadas, bem como de declaração de ciência da total irrevogabilidade da adoção segundo a legislação brasileira. Além disso, sustentou ter havido parecer da Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA/SC, dizendo estarem suficientemente claros os motivos que levaram o casal a adotar e dando-se por favorável. Por fim, ressaltou ainda que durante o estágio de convivência dos menores com os adotantes também restou atestada a total capacidade do casal de se tornarem pais adotivos dos menores.

Dito isso, o requerido Estado de Santa Catarina reiterou que, ante todas as informações e documentações favoráveis carreadas ao processo de adoção, outro não poderia ter sido o desfecho da demanda, que não a procedência do pedido e o deferimento da guarda definitiva ao casal estrangeiro. Salientou não ter sido a não observância da legislação internacional e o simples fato de não ter a Alemanha ratificado a Convenção de Haia o fator fundamental para que o requerente e seus irmãos não permanecessem com a família estrangeira, mas sim o posterior atestado das autoridades alemãs de que as crianças não se adaptaram, não conseguiram criar bases sólidas com a família alemã, sendo incapazes de ter bom relacionamento, tendo assim negado o visto que havia concedido somente em razão da adoção.

Citou documento emitido pelo Juizado de Menores da Alemanha, no qual constam os reais motivos pelos quais o requerente Paul Albert não permaneceu na guarda da família alemã (atos de relevância jurídica, problemas com a polícia, ameaças aos filhos biológicos do casal, etc.), salientando não serem de responsabilidade do Estado de Santa Catarina os prejuízos sofridos pelo demandante, vez que ele mesmo foi o responsável pela sua "saída da família adotiva", estando ausente, assim, o nexo de causalidade imediato entre os danos que alega ter sofrido e o deferimento da adoção ao casal alemão.

Por fim, sustentou ser indispensável ao requerente a comprovação de dolo ou fraude por parte do magistrado para caracterizar o erro judiciário e consequente responsabilidade do estado, sendo que, sob esse ângulo, padecem os autos de quaisquer provas que fundamentem tais alegações, assim

restando impossível reconhecer o pugnado *erro in iudicando* e a responsabilidade civil do judiciário e Ministério Público de Santa Catarina. Defendeu que não deve ser responsabilizado pelos atos provenientes do judiciário e ente ministerial de Goiás, muito menos pelo dano estético na mão do autor, que ocorrera em abrigo de competência daquele Estado, especificamente da Comarca de Goiânia, estando o autor então sobre a cobertura das cautelas necessárias daquela jurisdição.

Diante de todo o exposto, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais ou, então, na hipótese de procedência da demanda, pela fixação do valor a ser indenizado ao requerente em valor proporcional ao dano alegado, assim como honorários sucumbenciais no patamar de 10% (dez por cento) do *quantum* da condenação.

Intimada a parte autora a se manifestar acerca das contestações e documentos (fls. 322/323), esta rebateu as argumentações de ambos os requeridos, repisando, demais disso, os fundamentos da exordial (fls. 324/327; 330/334).

Dada vista dos autos ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o *Parquet* insurgiu-se contra as alegações feitas pelo autor, asseverando, em síntese, que: (a) não há que se falar em omissão do Poder Judiciário catarinense por inobservância da Convenção de Haia de 1993, haja vista que o próprio Brasil não a havia ratificado até o ano da sentença que deferiu o processo de adoção (1995), vindo a aceitá-la em seu ordenamento jurídico somente a partir de 1º de julho de 1999, com o Decreto Federal n. 3.087/1999; (b) no que tange à necessidade de esgotamento das possibilidades de adoção nacional, repisou a negativa da guarda à tia dos menores e alegou, ainda, não ter o autor explicitado em que teria consistido o erro, negligência ou má-fé por parte do Promotor de Justiça em sua atuação; (c) existiam razões suficientes para depositar confiança e credibilidade ao casal Albert na criação dos menores, principalmente por propiciarem seu crescimento em país com condições de oportunizar a todos uma boa qualidade de vida, situação que, no Brasil, dificilmente se configuraria.

Não obstante, o *Parquet* também alegou não haver responsabilidade do Estado de Goiás, pois que se viu em situação peculiar – devolução de adoção internacional pelo não reconhecimento internacional – sustentando terem agido de forma a garantir o interesse dos menores quando da colocação em um lar, salientando que a petição não precisa ser assinada por advogado (art. 166 da LEI 8.069/90) nem era obrigatório ao Ministério Público de Goiás recorrer da sentença, pois que afronta ao princípio da autonomia funcional deste ente. Por fim, alegou ausência de configuração do nexo de causalidade e provas do alegado dano estético, citando que a mera comprovação do dano não enseja em responsabilização civil do Estado quando sua origem restou incomprovada. Manifestou-se pela improcedência da ação (fls. 335-343).

Em decisão proferida às fls. 345/347, restou afastada a preliminar de ilegitimidade de parte suscitada pelo Estado de Goiás, mantendo-se o ente público no polo passivo da demanda. Designou-se data para realização de perícia médica a fim de avaliar o suposto dano estético, bem como se designou data para a realização da audiência de instrução e julgamento.

Aberta a audiência, dispensado o depoimento pessoal do autor, foram inquiridas duas testemunhas arroladas pela parte autora, tendo havido desistência da procuradora do autor quanto à inquirição de Rosane Maria Bartolomei. Dada ciência às partes da expedição de cartas precatórias para oitiva das demais testemunhas (fls. 359/366).

Às fls. 390/398, o Estado de Goiás compareceu aos autos impugnando a intimação para audiência via imprensa oficial do Estado de Santa Catarina, porquanto de alcance meramente local, o que acabou por implicar em seu não comparecimento ao ato designado, requerendo, então, fosse declarada a nulidade dos atos processuais realizados sem sua ciência, pelo cerceamento de defesa ocorrido.

Juntada do laudo pericial, subscrito pelo médico ortopedista e traumatologista Joaquim Reichmann (CRM/SC n. 4312) - (fls. 404-406).

Ouvidas três testemunhas no juízo de Goiás, Comarca de Goiânia, via precatória devidamente colacionada aos autos às fls. 424-431. Outras duas testemunhas inquiridas na Comarca de Florianópolis às fls. 462-466.

Vistos os autos para despacho, o juízo então afastou a tese de nulidade dos atos processuais irrisignada pelo Estado de Goiás, ao argumento de que o procurador do Estado foi, sim, regularmente intimado para a referida audiência, conforme certidão de publicação de fl. 348, donde se extrai que sua intimação foi promovida através do Diário de Justiça n. 324, em conformidade com as determinações contidas no Código de Normas do Estado de Santa Catarina (fls. 467/476).

Oficiada a Comarca de Goiânia para que informasse a existência de ação de guarda em nome de Paul Albert e seus irmãos: Alexander Albert, David Albert e Christiane Albert, todos filhos de Thomas e Elke Albert (fl. 487), advieram aos autos cópia dos autos n. 56578-40.1996.809.0052, protocolada em 27/11/1996 (fls. 492/750).

As partes manifestaram ciência quanto à cópia da ação de guarda juntada aos autos e, após complementação do laudo pericial, foi designada audiência para oitiva da última testemunha arrolada pela parte autora (fl. 780).

Aberto prazo para alegações finais, o Estado de Goiás (fls. 793-794) e Estado de Santa Catarina (fls. 795-797) ofereceram suas derradeiras manifestações. O autor deixou transcorrer *in albis* o prazo fixado.

Vieram-me conclusos os autos.

A causa foi valorada em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

1.2 Sentença

A MM. Juíza Marisete Aparecida Turatto Pagnussatt, declarou a parcial procedência dos pedidos formulados na inicial, para condenar tão somente o Estado de Goiás ao pagamento de indenização por danos morais e

danos estéticos, consubstanciada no fundamento de que a Vara da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia atuou de forma negligente, nos seguintes termos:

"Trata-se a presente demanda de ação ordinária de responsabilidade civil ajuizada por Paul Albert em desfavor do Estado de Santa Catarina e do Estado de Goiás, por meio da qual o requerente busca provimento jurisdicional que condene os dois requeridos, em caráter solidário, ao pagamento de indenização como forma de reparação dos prejuízos de ordem moral sofridos, bem como de indenização pelos danos estéticos suportados, em decorrência da negligência dos dois entes quando do processamento de sua adoção pelo casal alemão Thomas e Elke Albert.

Considerando que a preliminar de ilegitimidade de parte, arguida pelo requerido Estado de Goiás na contestação de fls. 269/298, já foi devidamente afastada por este juízo em *decisum* de fls. 345/347, passo à fundamentação da presente sentença.

Pois bem. Por certo que o presente caso enquadra-se na hipótese de adoção internacional.

Nos termos do *caput* do artigo 51 do Estatuto da Criança e do Adolescente – que remete ao artigo 2º da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, promulgada pelo Decreto n. 3.087, de 21 de junho de 1999 -, para que ocorra a adoção internacional é preciso que, além de a pessoa ou casal adotante ser residente ou domiciliado fora do Brasil, haja o deslocamento do adotando para o outro Estado. Esses diplomas, como cediço, objetivam coibir o tráfico internacional de crianças, dando efetividade ao princípio da proteção integral do menor. A propósito, convém reproduzir os mencionados dispositivos:

[...]

Consoante essas disposições, a adoção internacional pressupõe que os integrantes da relação processual sejam pessoas domiciliadas em países diferentes e que ocorra o deslocamento do adotando. É exatamente a situação que ora se analisa.

Dito isso, compulsando os autos pormenorizadamente, verifica-se que, *in casu*, o que parecer ter se entendido por melhor para os quatro irmãos chapecoenses foi justamente deferir a adoção ao casal alemão Thomas e Elke Albert, com o posterior deslocamento de toda a família à Alemanha.

Sobre o assunto, imprescindível lembrar que o melhor interesse da criança é o princípio orientador de todas as decisões em questões envolvendo a guarda de menores, de maneira que seja assegurado ambiente que melhor lhes garanta bem estar físico e espiritual.

Tal princípio encontra base no preceitos inseridos na Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, *in verbis*:

[...]

Da responsabilidade civil do Estado de Santa Catarina em razão de suposta atuação ilícita do Poder Judiciário e Ministério Público catarinenses:

No que pertine ao pleito de responsabilização do Estado de Santa Catarina, inicialmente, assevera o autor que, tendo em vista o fato de seus pais biológicos terem sido destituídos do pátrio poder, ele e seus três irmãos encontravam-se em um abrigo deste Município e Comarca de Chapecó quando foram adotados pelo casal alemão Thomas e Elke Albert, razão pela qual encontravam-se os menores sob a guarda e responsabilidade do Estado de Santa Catarina que, segundo ele, tinha o dever de zelar por sua integridade física e psicológica e não o fez.

Com efeito, aduziu o requerente que "*o Estado de Santa Catarina, por meio de seus agentes, foi imprudente e negligente ao habilitar os candidatos à adoção bem como, ao permitir a adoção pelo casal alemão sem tomar o devido cuidado quanto à viabilidade da adoção entre os países em razão do pacto internacional*" (fl. 07). Logo na sequência, alegou que "*corroborou ainda com a ação imprudente do Estado de Santa Catarina, o juízo desta Comarca de Chapecó ao processar e julgar, com celeridade incomum, procedente a ação de adoção proposta pelo casal alemão, sem antes certificar-se quanto à ratificação da Convenção de Haia por parte da Alemanha*" (op. cit.). Dessa maneira, irresignou-se quanto ao fato de "*terem sido retirados 4 (quatro) menores do país sem qualquer garantia ou obrigatoriedade daquela nação em cumprir o texto aprovado pela referida convenção*" (op. cit.).

Ademais, quanto à suposta atuação ilícita do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, iniciou o demandante destacando o dever do *Parquet* de intervir nas causas em que há interesses de incapazes e concernentes ao pátrio poder, sob a função institucional de fiscal da lei, tomando conhecimento total da ação e podendo, inclusive, requerer a adoção de medidas ou diligências necessários à elucidação dos fatos.

A partir daí, alegou que "*sob estes aspectos, não poderia, primeiramente, ter sido negado pela instituição ministerial, o interesse da tia dos menores em tê-los consigo, conforme documento de fl. 71 dos autos anexo, afinal, a adoção internacional, conforme artigo 31 do Estatuto da Criança e do Adolescente, somente deve ocorrer em caráter excepcional, caso estejam esgotadas as possibilidades de colocação em família substituta brasileira. Outro aspecto inadmissível é do representante do órgão ministerial não ter atentado quanto ao fato de que a Convenção de Haia, que garantiria os direitos do menor e os deveres da Alemanha tocante à adoção, não havia sido ratificada por aquele país até a data que foi proposta a ação de adoção*". (fl. 09).

Pois bem. Analisando em ordem cronológica as alegações do autor Paul Albert, verifico que, ao contrário do que quer fazer crer o demandante, não há que se falar em ato ilícito perpetrado pelos prepostos do Estado de Santa Catarina, seja analisando-se a atuação do Poder Judiciário Catarinense, seja analisando-se a atuação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Explico.

[...]

No entanto, quando a ocorrência do dano se dá em decorrência de uma omissão do ente público, conforme alega o requerente Paul Albert na presente demanda, deve ser aplicada, em regra, a responsabilidade subjetiva. Neste sentido, é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a diante exposto:

[...]

Pois bem. Vamos à análise do caso concreto.

Ainda na data de 23 de março de 1995, o juízo da 3ª Vara Cível, Infância e Juventude deste Município e Comarca de Chapecó, nos autos da ação n. 2.319/94, deferiu o pedido formulado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, destituindo o pátrio poder os requeridos Teles Belini Salini e Vera Lúcia Salini, referente aos filhos Alexsandro Dieise Salini, Deivide Júnior Salini, Lisandro Salini e Cristina Salini, ao fundamento de que a situação de abandono dos menores ressaltava o fato de os pais naturais não estarem conseguindo cumprir o dever legal de dar guarda, sustento e educação aos filhos.

Com efeito, da fundamentação da sentença, colacionada ao presente processo às fls. 70/74, pertinente seja extraído o seguinte trecho:

"Da prova produzida exsurgiu indubitável que a mãe natural é pessoa incapaz para os autos da vida civil por ser doente mental (laudo de fls. 26/27), e que o pai dos menores é pessoa de extrema pobreza, não tendo nenhuma condição material e psicológica de tomar conta dos filhos. A avó dos menores sra. Leodomira Cavalheiro informou que o requerido não ajuda e não ajudava a manter os filhos, fugindo dos filhos quando os avista, já que convivem com a avó. A assistente social ao relatar a situação de abandono que viviam os menores assim se posicionou:

Esta é a situação da família das crianças em questão. Verificamos e constatamos que junto dos pais elas não podem ficar, primeiro porque o pai nem mais convive com a família e pouco se importa com os filhos e segundo porque a mãe é doente mental e não tem condições de assumir os filhos, pondo a vida das crianças em risco, caso ficasse com as mesmas.

E ainda recentemente a mesma assistente social atendendo à determinação deste juízo prestou a seguinte informação:

Sendo assim e estando em pleno acompanhamento do caso, inclusive as crianças que estão no abrigo, continuamos com o mesmo parecer que consta das folhas 17 do presente processo, ou seja, as crianças em questão devem ser encaminhadas à família substituta e os pais destituídos do pátrio poder.

[...]

Assim que, amoldando-se o caso dos autos à hipótese legal autorizadora da medida, a mesma é de ser deferida para que os filhos possam ter um futuro, alguém que por eles demonstre amor, lhes dando além de bens materiais, os bens do espírito, com formação e educação para a vida. Nossas ruas estão cheias de marginais precoces oriundos de "amontoamento" de pessoas que procriam sem responsabilidade, sem constituírem famílias, debitando à sociedade o encargo de suas irresponsabilidades".

Desse modo, destituído o pátrio poder dos pais naturais e, por conseguinte, colocadas as crianças em abrigo de menores deste Município de Chapecó, sobreveio o fato de o casal alemão Elke e Thomas Albert estar interessado na adoção dos quatro irmãos, já tendo obtido habilitação perante a Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA -, do Estado de Santa Catarina.

Assim é que, compulsando os autos da ação de adoção internacional n. 018.97.010350-3, que tramitou na Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude desta Comarca de Chapecó, verifica-se que o pedido de adoção veio acompanhado de todos os documentos de habilitação e estudo social atestando estarem aptos em todos os sentidos a adotar, sendo que esses documentos foram expedidos, inclusive, pelas próprias autoridades alemãs. Senão, destaca-se abaixo:

[...]

Da mesma maneira, o laudo da "perícia sobre adoção", elaborado pelo Serviço Distrital de Menores, assim dispôs acerca do desejo do casal Albert de adoção (fls. 45/46):

"Os pais adotantes possuem dois filhos e desejam ter uma família maior de uns 4 filhos. Sob o ponto de vista médico não se aconselha à Dona Albert nenhuma gravidez mais porque ela já teve um aborto involuntário. O sexo e a cor da pele são secundários. O engajamento social vem antes de tudo. Trata-se de pessoas com interesses políticos que pretendem assumir suas responsabilidades.

Nos diálogos mantidos o casal declara que pretende adotar duas crianças brasileiras. Já entraram em contato com a diretora de um orfanato. Eles se referem à uma senhora originária da Alemanha chamada Gerlind Busch, que vive no Brasil e tem experiência no setor de adoções. [...]

A família Albert pretende voar para o Brasil em fins de julho para estabelecer contatos. Eles têm consciência do fato de que não poderão trazer imediatamente uma criança e que necessitam o consentimento do Serviço Distrital de Proteção de Menores.

Julgamos que o casal é idôneo para assumir a adoção com responsabilidade. Eles têm consciência do fato de que as crianças adotadas poderão sofrer atrasos no desenvolvimento. Eles não apresentam exigências prévias aos futuros adotados. Eles têm a intenção de desenvolver as crianças segundo as suas capacidades e inclinações.

No lugar há uma escola elementar e básica. Na região, em Neustadt e Landau, as crianças poderão prosseguir os estudos.

O casal Albert pretende adotar as crianças segundo o direito alemão (art. 1741 e seguintes do Código Civil da República Federal da Alemanha). Eles cumprem com as condições para tal que são previstas pela lei.

O presente relatório social foi efetuado pelo assistente social em base a vários diálogos efetuados com o casal Albert."

Juntaram-se àqueles autos, ainda, entre outras, declarações subscritas pelos casal alemão atestando que haviam se esgotado todas as possibilidades

de colocação dos menores em família brasileira, bem como que estavam cientes quanto à irrevogabilidade da adoção segundo o ordenamento jurídico brasileiro. Assim, em que pese a psicóloga do Tribunal de Justiça de Santa Catarina tenha alegado insuficiência de informações para ensejar o deferimento do pedido, especialmente em razão da saúde psíquica da família Albert, a CEJA/SC deu-se por favorável, uma vez que o casal alemão, de fato, poderiam oferecer melhores condições de vida aos menores.

Com efeito, bem fundamentado foi o parecer emitido no processo CEJA/SC-64/95, juntado aos presentes autos à fl. 89:

"O casal Albert, alemães, residentes em Edenkoben-Alemanhã, ele 30 anos de idade, administrador de empresas, ela 34 anos de idade, advogada, casados há 10 anos, dois filhos biológicos, requerem habilitação para adoção de crianças, grupo de irmãos, na faixa etária de 0 a 09 anos, indiferente quanto ao sexo ou raça.

Apresentaram o pedido pessoalmente na CEJA, tendo sido encaminhados pela CEJA/PR, onde estiveram com o mesmo propósito de habilitação. As declarações inclusas, de conhecimento e gratuidade, foram preenchidas e assinadas em nossa presença, razão pela qual não consta tradução oficial. Além dos documentos pertinentes ao processo, foram juntados estudos social e psicológico. O Estudo Social foi elaborado por Assistente Social do Serviço Distrital de Menores do local de residência dos Albert e as referências são positivas assim como o parecer favorável ao projeto de adoção.

Os Albert têm dois filhos biológicos, Julius de 04 anos e Lena de nove meses, a adoção de mais crianças é justificada pelo desejo do casal de ter uma família numerosa o que não é viável através de gestação natural devido a problemas de saúde da Sra. Albert, indicados no relatório social, a motivação é também de caráter social. Com a família reside um irmão da Sra. Albert que sofre de esquizofrenia (fls. 12), consta tratar-se de pessoa de caráter pacífico sem problemas (sic.).

Apesar de sucinto, o relatório contém dados suficientes para análise da situação sócio-familiar dos requerentes, além dos aspectos profissionais e econômicos, que, do ponto de vista dos técnicos, permitem a educação de mais filhos em ambiente salutar e confortável.

Tendo em vista as referências positivas dos técnicos responsáveis pelo atendimento dos Albert, na Alemanha, assim como o interesse manifestado em adoção de crianças, sobretudo grupo de irmãos, em nosso Estado, caracterizado também pela vinda da família, pessoalmente, em busca de maiores esclarecimentos sobre os procedimentos de adoção; considerando ainda o número de crianças cadastradas na Comissão, em condições de adoção, com o perfil pretensionado pelos Albert, convivendo em instituições de abrigo, sem possibilidades de colocação em família nacional e, no caso de alguns grupos de irmãos, com o risco de serem separados, somos de parecer que os Albert, uma vez habilitados, poderiam oferecer um lar a estas crianças oportunizando melhores condições de vida do que as que hoje possuem nos abrigos. Nesse sentido, opinamos pelo deferimento do pedido de habilitação dos Albert e posterior concessão do Laudo de Habilitação correspondente."

Logo, acrescentando-se ao processo o parecer o favorável expedido pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em 06 de julho de 1995 deferiu-se a guarda provisória aos requerentes, deferindo-se, ainda, a realização do estágio de convivência em uma casa lar na cidade de Curitiba/PR (fl. 112).

Em 07 de agosto do mesmo ano, ante todas as manifestações favoráveis e documentos atestando a total capacidade do casal Albert para adotar, o juízo da Comarca de Chapecó, então, julgou procedente o pedido de adoção, concedendo a adoção de Elisandro Salini, Deivide Júnior Salini, Alexsandro Dieise Salini e Cristina Elizandra Salini em favor dos requerentes, atribuindo-lhes a condição de filhos com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-se de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo impedimento matrimoniais para todos os fins e efeitos dos atos da vida civil. Na mesma sentença ainda consignou-se que os menores passariam a se chamar Paul Albert, David Albert, Alexander Albert e Christiane Albert. (fls. 130/133).

Diante de todo o exposto, entendo não ter havido, até aqui, qualquer ilegalidade na decisão que deferiu a adoção ao casal de alemães, apta a ensejar a responsabilidade civil do Estado de Santa Catarina. Isso porque, da análise pormenorizada dos autos, constata-se que durante o trâmite da ação todos os procedimentos legais foram adotados pelo Poder Judiciário – em conjunto com o Ministério Público – respeitando-se o ordenamento jurídico brasileiro e a legislação internacional e, ainda, levando-se sempre em consideração o melhor interesse das crianças chapecoenses, a fim de que lhe fossem possibilitadas melhores condições de vida a partir do referido *decisum*.

[...]

Aliás, do parecer do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, pertinente seja destacado o seguinte trecho (fls. 340/341):

[...]

Verifica-se que por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público de Santa Catarina, não houve qualquer negligência ou má-fé, uma vez que o processo de adoção foi conduzido sempre com observância do bem-estar dos menores, inclusive do ora autor. Não há como negar o sofrimento passado pelas crianças devido aos fatos que vivenciaram, desde a destituição do poder familiar de seus pais, a adoção pelo casal alemão, até o retorno ao Brasil, com a manutenção deles em abrigos. Sobreleva-se o sentimento de tristeza principalmente diante da situação de se tratar de quatro irmãos, que dificilmente poderão conviver unidos. No entanto, não há como imputar ao Estado de Santa Catarina a responsabilidade do ocorrido, pois havia razões suficientes para depositar confiança e credibilidade ao casal Albert na criação dos menores, principalmente por propiciarem o crescimento dos menores em país com condições de oportunizar a todos uma qualidade de vida que, no Brasil, tal circunstância dificilmente se configuraria." (Grifou-se).

Outrossim, a prova oral produzida na instrução processual também corrobora os fundamentos, servindo a demonstrar a conduta justa e adequada adotada pelo Poder Judiciário e Ministério Público catarinenses. É o que se depreende das transcrições abaixo colacionadas:

[...]

Dessa forma, considerando todo o conjunto probatório carreado aos presentes autos, inexistente o suposto ato ilícito perpetrado pelo requerido Estado de Santa Catarina – aqui teoricamente consubstanciado na negligência quando do deferimento da adoção ao casal estrangeiro – inexistente também é o dever de indenizar.

Outrossim, cumpre registrar que eventual responsabilidade civil do ente público poderia restar caracterizada caso estivesse devidamente comprovado nos autos que o Poder Judiciário e/ou o Ministério Público catarinenses atuaram de modo a deferir a tutela de quatro irmãos menores a um casal estrangeiro sem tomar quaisquer das cautelas possíveis, negligentemente e imprudentemente, em clarividente detrimento do melhor interesse das crianças, fato este que, por óbvio, não ocorreu. Da análise do vasto complexo probatório carreado ao processo pela própria autora, a situação constatada é totalmente diferente: uma família alemã que transmitiu na ação de adoção grande confiança e credibilidade ao Poder Judiciário e ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representando uma grande oportunidade de melhor qualidade de vida e crescimento aos irmãos brasileiros, os quais dificilmente encontrariam tal oportunidade em seu próprio País.

Por fim, merece destaque a alegação do Estado de Santa Catarina esposada à fl. 307 dos autos da presente demanda, *verbis*:

"Nesse sentido, diante de todas essas informações trazidas junto ao processo de adoção, não poderia ter sido outro o desfecho daquela ação, que não a procedência do pedido e o deferimento de guarda definitiva para o casal estrangeiro.

Observa-se que não foi observância da legislação internacional e o simples fato de não ter a Alemanha ratificado a Convenção de Haia, o fato fundamental para que o requerente não permanecesse com a família estrangeira, e sim, o fato atestado pelas autoridades daquele país de que as crianças eram incapazes de ter um relacionamento, não conseguindo criar bases sólidas com a família alemã.

Desse modo, sem fundamento algum responsabilizar o Estado de Santa Catarina por quaisquer danos sofridos pelo autor, uma vez que o Poder Judiciário e o Ministério Público desse estado apenas agiram respeitando a lei e decidindo de modo que as crianças tivessem melhores condições de vida."

Razão assiste ao ente público, inexistindo, nesse ponto, dever de reparação.

Da responsabilidade civil do Estado de Santa Catarina por ter sido negligente quanto ao fato de Alemanha ainda não ter ratificado a Convenção de Haia quando do julgamento procedente da ação de adoção pelo casal Albert:

Ainda em relação ao Estado de Santa Catarina, o requerente Paul Albert

asseverou que o ente público, por meio de seus agentes, foi imprudente e negligente ao permitir a adoção ao casal alemão sem antes tomar o devido cuidado quanto à viabilidade da adoção entre os países em razão da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional.

Desse modo, referiu que: *Corroborou ainda com a ação imprudente do Estado de Santa Catarina, o juízo desta comarca de Chapecó ao processar e julgar, com celeridade incomum, procedente a ação de adoção proposta pelo casal alemão, sem antes certificar-se quanto à ratificação da Convenção de Haia por parte da Alemanha. O real significado para o deferimento da adoção anteriormente à ratificação da nação alemão à Convenção de Haia, ou seja, sem haver ainda a concordância da Alemanha quanto aos termos do referido pacto internacional, é o de ter sido julgada procedente uma adoção e terem sido retirados 4 (quatro) menores do país sem qualquer garantia ou obrigatoriedade daquela nação em cumprir o texto aprovado pela referida convenção, o que de fato não ocorreu, eis que menos de dois anos depois, os mesmos foram devolvidos ao Brasil, sem nenhuma garantia de sobrevivência material" (fl. 07).*

Da mesma forma, atribuiu culpa também ao Ministério Público Catarinense, ao argumento de que *"o representante do órgão ministerial não ter atentado quanto ao fato de que a Convenção de Haia, que garantiria os direitos do menor e os deveres da Alemanha tocante à adoção, não havia sido ratificado por aquele país até a data que foi proposta a ação de adoção" (fl. 09).*

Diante do até aqui exposto, entendo não existir razão ao demandante também neste ponto em específico. Isso porque, imperioso destacar que, à época do ajuizamento da ação de adoção pelo casal Elke e Thomas Albert, em 05 de julho de 1995, a exemplo da República Federal da Alemanha, o Brasil também ainda não havia ratificado a Convenção de Haia Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, fato que só veio a ocorrer anos depois, a partir do Decreto n. 3.087, de 21 de junho de 1999. Senão, destaca-se abaixo a redação do referido decreto, *verbis*:

[...]

Destarte, por certo que o argumento de terem o Poder Judiciário e o Ministério Público catarinenses atuado com negligência ao não se certificarem se a República Federal da Alemanha havia ou não ratificado a Convenção de Haia é totalmente descabido, notadamente pelo fato de que a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, em que pese concluída em Haia em 29 de maio de 1993, somente foi ratificada pelo Brasil em meados de 1999, isto é, quatro anos após a formulação do pedido de adoção pelo casal alemão e, portanto, jamais atingido atos jurídicos perfectibilizados antes de sua entrada em vigor.

Dito isso, entendo que aqui também não há dever de reparação pelo Estado de Santa Catarina, porquanto inexistente qualquer ato ilícito perpetrado tanto pelo Poder Judiciário quanto pelo Ministério Público de Santa Catarina.

Ademais, conforme bem salientou o Parquet em seu parecer de fls. 335/343 dos presentes autos, *"impende acrescentar que não há impedimento para o deferimento de adoção a casal estrangeiro oriundo de países que não tenham assinado ou ratificado a Convenção de Haia, uma vez que deverá ser*

observado, sempre, o interesse superior da criança, em conformidade com a Constituição Federal e a Lei n. 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste caso, os adotantes deverão cumprir os procedimentos de habilitação perante a Autoridade Central Estadual, obedecendo a prioridade dada aos adotantes de países ratificantes" (fl. 339).

Da responsabilidade civil do Estado de Goiás em razão de suposta atuação ilícita do Poder Judiciário e Ministério Público goianos:

Paralelamente ao Estado de Santa Catarina, o autor Paul Albert ainda busca seja reconhecida a responsabilidade do Estado de Goiás pelos supostos prejuízos de ordem moral que sofreu, mais especificamente ante a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público goianos que, segundo ele, não deram ao caso a atenção que merecia.

Para tanto, asseverou o requerente que o *"o juízo da cidade de Goiânia agiu dentro da sua competência na ação de guarda dos menores ajuizada, contudo, ante a situação peculiar dos menores advindos de uma adoção internacional, frustrada, a lide não foi tratada com a atenção que merecia, o que se percebe, primeiramente, no momento em que o magistrado violou o princípio constitucional da 'indispensabilidade do advogado à administração da justiça' (art. 142, primeira parte, da CF) e recebeu a petição inicial da ação sem estar subscrita por um profissional de direito habilitado" (fl. 10). Na sequência, alegou ter sido "mais grave ainda" o "deferimento do pedido de guarda de 4 (quatro) menores ao casal goiano sem sequer realizar uma audiência para ouvir os pais adotivos ou os futuros guardiões para quaisquer esclarecimentos ou exigências que viessem estes a fazer" (op. cit).*

Por fim, o requerente ainda se insurge quanto ao fato de *"ter ficado suficientemente claro que, em razão das parcas condições financeiras, o casal goiano somente ficaria com a guarda das crianças mediante o auxílio financeiro do casal alemão (fl. 151), porém, os alemães não assumiram qualquer compromisso em juízo que pudesse obrigá-los a contribuir com qualquer quantia que seja, nem mesmo o juízo fixou impositivamente a obrigação alimentar ao sentenciar o processo, deixando ao livre arbítrio destes darem auxílio, eis que o compromisso foi meramente verbal" (op. cit).*

Quanto à responsabilização do Ministério Público do Estado de Goiás, o autor Paul Albert mencionou que aquele, *"atuando sob a atribuição institucional de custos legis, ou seja, fiscal da lei, com a obrigatória intervenção nas causas onde figuram incapazes [...] foi omissivo em suas funções ao não exigir que fosse fixada verba alimentar aos menores, bem como, a exemplo do magistrado, ter passado despercebido o fato de que a ação de guarda não fora subscrita por profissional de direito habilitado para tanto" (op. cit).*

Em contrapartida, em contestação devidamente juntada aos presentes autos às fls. 269/298, o demandado Estado de Goiás ponderou que *"se tal fato fosse verdadeiro, teria a parte que se sentisse prejudicado, impugná-lo através das vias recursais pertinentes, por se tratar de error in procedendo. Não o fazendo no prazo legal, tem-se por preclusa a matéria. Esta é a regra do sistema" (fl. 277). Na sequência, defendeu que, do mesmo modo, não merece*

prosperar o argumento de o que o deferimento da guarda dos quatro irmãos ao casal goiano deveria ter sido realizado somente após uma prévia audiência. Asseverou que, nos termos do artigo 33, § 1º, do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), a guarda pode ser deferida, liminarmente ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção.

Por fim, aduziu que, quanto à alegação de negligência do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado de Goiás, em razão de, supostamente, não terem exigido a fixação de verba alimentar a ser paga pelo casal alemão em favor dos menores, se o juízo ou o *Parquet* não exigiram a fixação de verba alimentar aos menores, foi porque não vislumbraram a necessidade de tomar tais medidas. "É óbvio" (fl. 278).

Talvez não tão óbvio assim, consigno.

Da análise atenta dos presentes autos, verifica-se que, de fato, o Poder Judiciário e o Ministério Público de Goiás não observaram os preceitos legais pertinentes durante o trâmite da ação de guarda e responsabilidade n. 56578-40.1996.809.0052, em que consta como requerente o casal goiano Serafim Dias dos Santos e Sirlene Barbosa Correra, e requeridos Paul, David, Alexander e Christiane Albert, cuja cópia dos autos encontra-se acostada ao caderno processual às fls. 495/750.

Com efeito, compulsando os autos da aludida demanda, verifica-se que em nenhum momento foi juntada àqueles autos petição inicial subscrita por advogado constituído ou defensor público, por meio da qual deveriam os requerentes Serafim Dias dos Santos e Sirlene Barbosa Correa ter formulado pedido formal de guarda e responsabilidade das crianças chapecoenses.

Do contrário, o que se verifica é que, ao chegarem até o Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia/GO, Thomas Albert, acompanhado dos quatro filhos adotivos e do futuro casal guardião, foram atendidos pela própria assistência social da unidade, que então formulou o relatório juntado aos presentes autos às fls. 510/511 e datado de 29 de novembro de 1996. Aliás, do referido documento, pode-se extrair:

"MM. Juiz,

Informamos V. Ex.^a que fomos procuradas pelo Sr. Thomas Albert, de nacionalidade Alemão. Em julho/95 veio ao Brasil com a finalidade de adotar uma ou duas crianças. De início, esteve no Paraná e depois em Santa Catarina. Na cidade de Chapecó conheceu os irmãos: Paul, David, Alexander e Christiane. Para não separá-los, decidiu levar todos. [...]

Durante um ano o "Juizado" daquela localidade acompanhou a adaptação e os problemas apresentados por eles. Findo o primeiro ano de convivência decidiram não confirmar a adoção, chegando a dizer ao casal que caso não providenciasssem o retorno das crianças ao Brasil, iriam deportá-las.

Apesar de todos os problemas o Sr. Thomas disse ter se afeiçoado às crianças e deslocou-se até Goiânia para deixar as crianças com o casal: Serafim e Sirlene, evitando assim que retornassem a um orfanato.

Os requerentes à guarda, souberam das crianças através da irmã de Sirlene, Sr.^a Marlene Barbosa Correia, que trabalha em um abrigo, Acridas, para crianças abandonadas, na cidade de Curitiba. O casal já possui três filhos,

entre a fixa etária de 16 e 13 anos.

Percebemos que os requerentes só ficarão com as crianças mediante uma contribuição mensal do Sr. Thomas, pois o casal não tem condições financeiras de arcar com as despesas de quatro crianças. Trabalham como autônomos, vendendo roupas. São evangélicos da Igreja de Deus.

Sr. Thomas comprometeu-se a depositar R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) entre o dia 1º e 5º de cada mês, devendo ser enviado o referido valor ao Banco Itaú, Agência 147, conta corrente n. 03438-3. Pretende ainda deixar tudo estruturado para as crianças: cama, roupas de cama e banho, etc. (Grifou-se).

Ocorre que, na sequência, sem qualquer comunicação imediata ao juízo da Comarca de Chapecó, que deferiu a adoção ao casal Elke e Thomas Albert e, ainda, na ausência de qualquer audiência prévia reunindo os futuros guardiões e o pai adotivo, a fim de estabelecer futuros compromissos a ambas as partes e até mesmo avaliar a possibilidade de concessão da guarda ao casal goiano, em 14 de fevereiro de 1997 o Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia concedeu a guarda e responsabilidade provisórias de Paul, David, Alexander e Christiane Albert a Serafim Dias dos Santos e Sirlene Barbosa Correa, os quais comprometeram-se "educar, instruir, alimentar, vesti, bem como zelar pela saúde, moralidade das crianças, apresentando-se a este Juízo toda vez que se fizer necessário" (fl. 515/516).

Tão negligente ainda o Ministério Público, que em que pese o relatório firmado pela assistência social do Juizado da Infância e Juventude, donde se extrai que "Percebemos que os requerentes só ficarão com as crianças mediante uma contribuição mensal do Sr. Thomas, pois o casal não tem condições financeiras de arcar com as despesas de quatro crianças" (fl. 511), simplesmente anotou que os requerentes demonstravam possuir respaldo suficiente para propiciar às crianças toda a assistência moral e material que estas necessitarem", manifestando-se, então, favoravelmente ao pleito formulado informalmente pelos requerentes, na data de 10 de março de 1997 (fls. 518/519).

Assim, na data de 04 de abril de 1997, sem qualquer termo ou compromisso firmado por Elke e Thomas Albert no sentido de promover/auxiliar o sustento das crianças na cidade de Goiânia, sem qualquer detalhamento das reais condições financeiras dos futuros guardiões, sem qualquer oitiva acerca dos reais motivos que levaram Thomas Albert a retornar ao Brasil com os filhos e modificar sua guarda, o casal Serafim e Sirlene obteve a guarda e responsabilidade definitiva dos irmãos Albert, conforme se depreende dos documentos acostados a estes autos às fls. 31/34.

Todo o trâmite irregular da referida ação de guarda é comprovado, além da vasta prova documental, pela prova oral produzida durante a instrução processual, sendo que os depoimentos das testemunhas inquiridas a respeito da situação de Paul Albert encontram-se transcritos, em trechos, abaixo:

[...]

Diante de todo o até aqui narrado, outra não é a conclusão senão a de

que o Juízo da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia deveria ter atuado de maneira mais cautelosa e precavida, tendo sido claramente negligente ao deferir a guarda e responsabilidade definitivas ao casal goiano Serafim Dias dos Santos e Sirlene Barbosa Correa sem antes contatar o Juízo da Comarca de Chapecó, responsável pelo deferimento da adoção dos menores ao casal alemão no ano de 1995 e, ainda, sem se certificar totalmente de que o casal Elke e Thomas Albert, em que pese tenham modificado a guarda dos filhos, continuariam a contribuir para seu sustento, propiciando-lhe boas condições de vida ainda que vivendo, então, no Brasil.

Cabe ressaltar que o Poder Judiciário do Estado de Goiás deixou de atentar o teor da norma legal constante no artigo 39 do ECA, o qual assim estabelece:

[...]

Veja que a lei é cristalina em determinar o caráter de irrevogabilidade da adoção. E uma vez estabelecido vínculo formal e afetivo entre o requerente e o casal alemão, não poderia ele ter deferido a guarda sem anotar a responsabilidade dos pais adotivos pela manutenção financeira das criança que, voluntariamente, aceitaram como filhos.

Dito isso, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988 (conforme fundamentação já esposada anteriormente) entendo plenamente configurada, aqui, a responsabilidade civil do Estado de Goiás, pela atuação ilícita conjunta do Poder Judiciário e Ministério Público goianos.

Mudando-se o que deve ser mudado, colhe-se da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, acerca da responsabilidade civil objetiva do Estado, quando seus prepostos deixaram agir em :

"A responsabilidade estatal por atos omissivos nem sempre pressupõe a prova da culpa. Incidirá a responsabilidade objetiva a que alude o § 6º do art. 37 da CRFB na omissão específica, "quando a inércia administrativa é a causa direta e imediata do não impedimento do evento, como nos casos de morte de detento em penitenciária e acidente com aluno de colégio público durante o período de aula" (Sérgio Cavalieri Filho)". (Apelação Cível n. 2008.013373-6, de Trombudo Central, re. Des. Rodrigo Collaço, Quarta Câmara de Direito Público, j. em 26/10/2010) – Grifou-se.

Do pleito de indenização dos danos morais e do *quantum* indenizatório

Devidamente reconhecida a responsabilidade civil do Estado de Goiás, cumpre, agora, verificar se estão também comprovados nos autos da presente demanda os prejuízos de ordem moral que o autor Paul Albert alega ter suportado.

Inicialmente, convém salientar que da exordial colacionada aos autos, é possível extrair as seguintes alegações (fl. 13):

"Importante salientar que o fato de ter sido permitida a adoção do autor, gerou no mesmo uma expectativa de vida digna, de família, de amor, de carinho, etc.

A falta de diligência do Estado de Santa Catarina ao permitir a habilitação do casal alemão e depois a adoção, sem a devida ratificação da Convenção de Haia pela Alemanha, frustrou todas as expectativas de vida do autor, reduzindo-o a 'indigente'.

O Estado de Goiás, por sua vez, foi negligente, tendo recebido os menores, em uma verdadeira 'devolução de pessoas' sem contudo os ter protegido, zelado pelo menos, por sua sobrevivência material.

O autor ficou sozinho, abandonado.

Consubstanciado o dano atribuído ao Estado, no exercício da atividade judiciária, a indenização pelos prejuízos causados deve ser a mais completa."

O dano moral, em linhas gerais, corresponde à lesão aos elementos individualizadores da pessoa como ser social, pensante e reagente, tais como a honra, a reputação e o prestígio, que se expressa por desequilíbrios no ânimo do lesado, causando-lhe reações desagradáveis, como o desconforto emocional. Abrange quer a repercussão negativa no meio social, quer a *turbatio animi*, isto é, a desestabilização psíquica ou somática do ofendido.

[...]

É cediço que a indenização por dano moral tem dupla natureza: reparação da dor causada ao ofendido e punição ao ofensor, para que não torne a reincidir no ilícito. E, baseado nisso é que se endereça tormentosa mensuração do quanto a indenizar. Não esqueçamos que o quanto do dano moral não deve ser fonte de enriquecimento, nem ser inexpressivo. Porém tem que atuar objetivando o desestímulo para que haja a ocorrência de atitudes iguais. Seria e é, uma pena civil. A jurisprudência e a doutrina são pacíficas em concluir que o quanto a ser indenizado tem por fito amenizar a amargura da ofensa, para compensar suas angústias, dores e aflições causadas pelo ato ilícito praticado pelo réu. Na verdade, o dano moral objetiva reparar a tristeza e a dor causadas pelas privações das atividades cotidianas da pessoa que o sofreu.

Sabe-se, que a dor moral não pode ser medida por técnica ou meio de prova do sofrimento e, portanto, dispensa comprovação ou prova do prejuízo. Ante a impossibilidade de quantificação da dor, mostra-se razoável, através de uma valoração subjetiva, o arbitramento do dano moral, levando-se em consideração os elementos que nutrem os autos e a avaliação concreta do resultado experimentado pela ofendida.

E para tal mister deve-se levar em consideração a importância da lesão sofrida, a situação econômica das partes, e a intensidade do dolo ou grau de culpa.

[...]

No caso aqui em apreço, considerando a condição pessoal do ofendido, a do ente ofensor Estado de Goiás e, ainda, considerando os graves, estendidos, e elevados danos causados em razão da conduta negligente do Poder Judiciário e Ministério Público goianos, fixo os danos morais no patamar de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ao requerente Paul Albert.

Do pleito de indenização do dano estético

Quanto ao pleito de condenação de ambos os requeridos, em caráter solidário, ao pagamento de indenização pelos supostos prejuízos de ordem estética, justificou o requerente Paul Albert que *"após ter sido mantido contra a vontade em um abrigo na cidade de Goiânia, o Autor, quando estava trabalhando naquela instituição, perdeu parte de um dos dedos da mão esquerda, conforme fotografias anexas, o que resultou o aleijão para o resto da vida"* (fl. 18). Desse modo, por considerar que o dano estético por ele suportado também resultou do somatório das atuações ilícitas (negligentes) dos dois réus, asseverou que *"o ressarcimento dos prejuízos tem que ser o mais perfeito, completo e amplo possível"*, sendo que *"deve ficar ao prudente arbítrio do magistrado, em valor tal que possa compensar o autor pela dor, pelas humilhações, enfim, pelo sofrimento, e ainda, que puna os Réus (levando em conta seu poder financeiro e social), pelos atos e omissões que culminaram nos dados sofridos"* (fl. 20).

A prova oral corrobora suas alegações, no seguinte sentido:

[...]

Em contrapartida, o requerido Estado de Goiás, em contestação devidamente juntada aos autos às 269/298, destacou a ausência de configuração do nexo de causalidade entre qualquer conduta (omissiva ou comissiva) perpetrada pelo ente público e o evento danoso experimentado pelo autor, consubstanciado na perda de parte de um dos dedos da mão esquerda. Alegou, na sequência, ter sido o próprio autor quem deu causa ao seu infortúnio *"ao fugir dos guardiões legais, vindo após retornar a cidade de origem, mandado de volta para Goiânia, para um abrigo de menores, por determinação do Juiz de Chapecó"* (fl. 292). Assim, referiu que se o autor não tivesse fugido da guarda do casal goiano, certamente não teria sido mandado ao abrigo de menores, local onde sofrera o acidente no dedo: *"É dizer, a culpa exclusiva da vítima exclui o nexo causal entre o evento e qualquer ação do Estado de Goiás, no ponto, até porque quem o mandou para a referida instituição foi o Poder Judiciário de Santa Catarina"* (fl. 293).

Por fim, aduziu que o simples acidente sofrido pelo requerente Paul Albert, sem a demonstração da responsabilidade do requerido, por ação ou omissão, não justifica a postulada indenização, na espécie, salvo se adotada a teoria do risco integral, que como cediço é rechaçada pacificamente tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência.

Pois bem. No que pertine à controvérsia, inicialmente, destaco que os danos estéticos são contextualizados no conceito amplo de danos morais e consistem em violação à harmonia das formas externas do corpo humano ou à beleza física, decorrente de aleijão, deformidade ou deformação, proporcionando impressão penosa, desagradável ou mesmo repugnante.

Em decorrência do pedido de danos estéticos há que se comprovar uma ofensa diretamente contra a integridade física, capaz de gerar deformidades que deixem a pessoa inferiorizada. [...].

Pois bem, *in casu*, do laudo da perícia médica realizada pelo ortopedista e traumatologista Joaquim Reichamn (CRM/SC 4312), pertinente sejam extraídas e destacadas as seguintes considerações (fls. 404/406):

"Ao exame físico:

Amputação traumática de falange distal do 3º dedo da mão esquerda. Cicatriz em falange distal do 2º dedo da mão esquerda. Limitação da flexão da falange distal do 2º dedo da mão esquerda em grau moderado.

Conclusão:

Avaliando-se a história clínica, exame físico, idade, escolaridade, atividade e experiência profissional, entendemos que o autor apresenta capacidade parcial permanente em grau leve para atividades genéricas manuais, por perda de falange distal do 3º dedo da mão esquerda e limitação da flexão da falange distal do 2º dedo da mão esquerda, em grau moderado. Existe nexo causal e a incapacidade ocorre há aproximadamente 06 anos."

Destarte, no presente caso, incontestemente que o requerente sofreu dano estético, espécie de dano moral, pela perda parcial de um dedo da mão esquerda, pois, com certeza, a perda de parte do dedo colocou-o em situação vexatória, acarretando-lhe os mais variados transtornos no seu dia-a-dia.

Desse modo, considerando-se que o dano estético corresponde à perda parcial de um dos dedos das mãos; a idade do autor, ou seja, 28 (vinte e oito) anos atualmente e aproximadamente 15 a 18 anos na data do acidente; a ausência de sinais de riqueza, sendo que possui vida muito modesta e, por derradeiro, a culpa do Estado de Goiás pelo evento danoso suportado pelo requerente, bem como o posicionamento adotado por esta magistrada de fixar com razoabilidade o valor das indenizações por danos morais (dentre eles, o estético), entendo que a indenização a ser paga pelo ente público deverá ser de R\$ 5.000 (cinco mil reais), acrescida de correção monetária desde a sentença, e juros de mora a contar do evento danoso.

Dos juros de mora e da correção monetária:

Quanto aos índices de juro e correção monetária aplicáveis à espécie, não se pode perder de vista que o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADI nº 4357, no dia 14 de março de 2013 declarou, por arrastamento, a inconstitucionalidade, em parte, do art. 1º - F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.960/2009, entendendo que a nova redação dada ao referido artigo aplica-se somente em relação a parcela relativa aos juros moratórios.

Posteriormente, a matéria foi objeto de análise em Recurso Representativo de Controvérsia no bojo do RESp nº 1.270.439/PR, restando a matéria pacificada nos seguintes termos:

[...]

Diante do julgamento proferido pelo STJ, o valor da indenização será acrescido de juros de mora a contar do evento danoso, no montante de 1% (um por cento) ao mês na vigência do CC/02 e com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança ao mês a partir de 30/06/2009, data da

entrada em vigor da Lei nº 11.960/09.

A correção monetária se dará pelo IPCA, a partir da data do arbitramento (Súmula 362 do STJ)".

A parte dispositiva restou assim redigida:

Diante de todo o até aqui exposto, RESOLVO O MÉRITO da presente demanda e, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil:

A) Julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo autor Paul Albert quanto à condenação do requerido Estado de Santa Catarina ao pagamento de indenização referente aos danos morais e estéticos por ele suportados.

A.1) Com fundamento no artigo 20, do Código de Processo Civil, CONDENO o demandante Paul Albert ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais), cuja exigibilidade permanecerá suspensa em razão do deferimento do benefício da gratuidade de justiça à fl. 257 (art 12 da Lei n. 1.060/50).

B) Julgo PROCEDENTE o pedido formulado pelo autor Paul Albert para:

B.1) CONDENAR o requerido Estado de Goiás ao pagamento do montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ao requerente Paul Albert, a título de indenização pelos prejuízos de ordem moral suportados;

B.2) O valor da indenização será acrescido de juros de mora a contar do evento danoso, no montante de 1% (um por cento) ao mês na vigência do CC/02 e com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança ao mês a partir de 30/06/2009, data da entrada em vigor da Lei nº 11.960/09. A correção monetária se dará pelo IPCA, a partir da data do arbitramento (Súmula 362 do STJ);

B.3) CONDENAR o requerido Estado de Goiás ao pagamento do montante de R\$ 5.000,00 (cinco) mil reais ao requerente Paul Albert, a título de indenização pelos prejuízos de ordem estética por ele suportados;

B.4) O valor da indenização será acrescido de juros de mora a contar do evento danoso, no montante de 1% (um por cento) ao mês na vigência do CC/02 e com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança ao mês a partir de 30/06/2009, data da entrada em vigor da Lei nº 11.960/09. A correção monetária se dará pelo IPCA, a partir da data do arbitramento (Súmula 362 do STJ);

B.5) A teor do artigo 35, alínea "h", da Lei Complementar n. 156/97 (Regimento de Custas e Emolumentos do Estado), com a redação dada pela Lei Complementar n. 161/97, explícita é a isenção de custas processuais deferida ao Estado de Goiás;

B.6) Tendo o autor decaído de parte mínima do pedido, e vencida a Fazenda Pública, deve ela arcar com os honorários de sucumbência, os quais devem ser fixados com fundamento no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Sentença sujeita a reexame necessário, nos termos do artigo 475, inciso I, do Código de Processo Civil, sob a ótica da Súmula 490 do Superior Tribunal de Justiça.

P.R.I.

1.4 Apelações cíveis

1.4.1 Apelação cível interposta pelo demandante Paul Albert (fls. 856/864).

Irresignado com a prestação jurisdicional entregue, busca o demandante/apelante a reforma da sentença para:

(a) reconhecer a responsabilidade civil do Estado de Santa Catarina e condená-lo ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos;

(b) majorar o valor da condenação do Estado de Goiás;

1.4.2 Apelação cível interposta pelo demandado Estado de Goiás (fls. 865/884)

Irresignado com a prestação jurisdicional entregue, o Estado de Goiás (demandado) busca a reforma da sentença para:

(a) reconhecer a inexistência de ato ilícito;

(b) afastar o dever de indenizar, mediante o reconhecimento da culpa exclusiva da vítima;

(c) reconhecer a inexistência de dano moral;

(d) reduzir o valor da indenização por dano moral, caso mantida a condenação;

(e) aplicar a correção monetária e os juros de mora de acordo com o art. 1.º-F da Lei Federal n. 9.494/1997.

1.5 Contrarrazões

Foram apresentadas contrarrazões pelo Estado de Santa Catarina (fls. 888/902), pelo demandante Paul Albert (fls. 903/904) e pelo Estado de Goiás

(fls. 908/917).

1.6 Reexame necessário

Independentemente dos recursos de apelação interpostos, os autos foram remetidos a este grau de jurisdição, em atenção ao disposto no art. 475, inciso I, do CPC/1973, vigente à época da prolação da decisão recorrida.

1.7 Manifestação do Ministério Público

Nesta Instância, o Procurador-Geral de Justiça **Paulo Ricardo da Silva** opinou "*pelo conhecimento e desprovemento dos apelos interpostos*" (fl. 922/934).

Este é o relatório.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a análise dar-se-á à luz do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época da publicação da sentença, 23/07/2014, nos termos do art. 14 da novel legislação, em vigor desde 18 de março de 2016 (Lei n. 13.105/2015).

VOTO

2.1 Apelação Cível interposta pelo demandante Paul Albert (fls. 856/864)

2.1.1 Admissibilidade

Preenchidos os pressupostos que regem a admissibilidade, conhece-se do recurso.

2.1.2 Mérito

(a) Da Responsabilidade Civil do Estado de Santa Catarina.

O demandante/apelante Paul Albert pretende a reforma da sentença para reconhecer a responsabilidade civil do Estado de Santa Catarina e

para condená-lo ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos.

Afirmou que, após o processo de adoção, o demandante/apelante e seus irmãos foram para a Alemanha residir com o casal adotante (Thomas e Elke Albert) e os filhos deste. Naquele País, as crianças não se adaptaram, culminando com a não homologação da adoção pelas autoridades alemãs, motivo pelo qual o Sr. Thomas retornou ao Brasil para entregar as crianças a outra família.

Argumentou que a adoção não foi exitosa em virtude da atuação negligente do Poder Judiciário e do Ministério Público catarinenses, quando do deferimento da adoção do demandante/apelante e de seus irmãos ao casal alemão Thomas e Elke Albert.

Primeiro, porque o processo de adoção não respeitou o prazo legal do estágio de convivência, e foi realizado às pressas.

Segundo, porque não observaram o fato de que Alemanha não havia ratificado a Convenção de Haia, razão pela qual a adoção internacional não poderia ser deferida.

O apelo não merece prosperar.

Em regra, a responsabilidade civil do Estado é objetiva, tendo como base o art. 37, § 6.º, da Constituição Federal. Entretanto, esse dispositivo legal não se aplica nas hipóteses em que se discute a responsabilidade do Estado por decisão judicial.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se firmou no sentido de que, salvo no caso de erro judiciário e de prisão além do tempo fixado na sentença (art. 5.º, LXXV, da CF/88), a responsabilidade civil objetiva não se aplica aos atos judiciais.

Nesse sentido:

EMENTA DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO (ART. 37, § 6º, DA MAGNA CARTA). INDENIZAÇÃO. ATO JURISDICIONAL. INVIABILIDADE DA

REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA CONSTANTE DO ACÓRDÃO REGIONAL. AGRAVO MANEJADO CONTRA DECISÃO UNIPESSOAL PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. 1. A análise da ocorrência de eventual afronta aos preceitos constitucionais invocados no apelo extremo demandaria a reelaboração da moldura fática delineada na origem, inviável em sede recursal extraordinária (Súmula 279/STF). **2. A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido de que, salvo nos casos previstos no art. 5º, LXXV, da Magna Carta – erro judiciário e prisão além do tempo fixado na sentença –, e daqueles expressamente previstos em lei, a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos jurisdicionais. Precedentes.** 3. As razões do agravo regimental não são aptas a infirmar os fundamentos que lastream a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (RE 765139 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 10/11/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-263 DIVULG 20-11-2017 PUBLIC 21-11-2017) (grifou-se).

Ainda:

“EMENTA: SEGUNDO AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ATOS JUDICIAIS. 1. A teoria de responsabilidade objetiva do Estado, em regra, não é cabível para atos jurisdicionais, salvo em casos expressamente declarados em lei. Precedentes. [...]” (ARE nº 828027 AgR-segundo, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, j. 27/10/2017, DJe 23/11/17) (grifou-se).

Colhe-se da doutrina:

“O ato judicial típico, que é a sentença ou decisão, enseja responsabilidade civil da Fazenda Pública, nas hipóteses do art. 5º, LXXV, da CF/88. Nos demais casos, tem prevalecido no STF o entendimento de que ela não se aplica aos atos do Poder Judiciário e de que o erro judiciário não ocorre quando a decisão está suficientemente fundamentada e obediente aos pressupostos que a autorizam. Ficará, entretanto, o juiz individual e civilmente responsável por dolo, fraude, recusa, omissão ou retardamento injustificado de providências de seu ofício, nos expressos termos do art. 133 do CPC, cujo ressarcimento do que foi pago pelo Poder Público deverá ser cobrado em ação regressiva contra o magistrado culpado. Porém, nos casos do referido art. 5º, LXXV, a responsabilidade é do Estado, não do juiz” (HELY LOPES MEIRELLES, *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 40ª edição, 2014, pág. 747/748).

O caso em análise não envolve a prisão além do tempo fixado na

sentença e, também, não se verifica a existência de erro judiciário, o que afasta, portanto, a responsabilidade civil objetiva do Estado de Santa Catarina.

Trata-se, supostamente, de uma possível conduta culposa - decorrente da negligência - do Poder Judiciário e do Ministério Público catarinenses na condução do processo de adoção.

Contudo, a prova dos autos demonstra que não houve omissão e/ou negligência do Poder Judiciário e do Ministério Público catarinenses na condução do processo de ação do demandante/apelante e de seus irmãos.

Juntou-se aos autos cópia do processo de adoção envolvendo o demandante/apelante e seus irmãos (fls. 32/225).

Examinando o processo de adoção, verifica-se que ele foi instruído com cópia da sentença de destituição do poder familiar dos senhores Teles Belini Salini e Vera Lúcia Salini, pais dos menores. Da referida sentença, extrai-se:

"Da prova produzida exsurgiu indubitável que a mãe natural é pessoa incapaz para os autos da vida civil por ser doente mental (laudo de fls. 26/27), e que o pai dos menores é pessoa de extrema pobreza, não tendo nenhuma condição material e psicológica de tomar conta dos filhos. A avó dos menores sra. Leodomira Cavalheiro informou que o requerido não ajuda e não ajudava a manter os filhos, fugindo dos filhos quando os avista, já que convivem com a avó. A assistente social ao relatar a situação de abandono que viviam os menores assim se posicionou:

Esta é a situação da família das crianças em questão. Verificamos e constatamos que junto dos pais elas não podem ficar, primeiro porque o pai nem mais convive com a família e pouco se importa com os filhos e segundo porque a mãe é doente mental e não tem condições de assumir os filhos, pondo a vida das crianças em risco, caso ficasse com as mesmas.

E ainda recentemente a mesma assistente social atendendo à determinação deste juízo prestou a seguinte informação:

Sendo assim e estando em pleno acompanhamento do caso, inclusive as crianças que estão no abrigo, continuamos com o mesmo parecer que consta das folhas 17 do presente processo, ou seja, as crianças em questão devem ser encaminhadas à família substituta e os pais destituídos do pátrio poder.

[...]

Assim que, amoldando-se o caso dos autos à hipótese legal autorizadora da medida, a mesma é de ser deferida para que os filhos possam ter um futuro, alguém que por eles demonstre amor, lhes dando além de bens materiais, os bens do espírito, com formação e educação para a vida. Nossas ruas estão cheias de marginais precoces oriundos de "amontoamento" de pessoas que procriam sem responsabilidade, sem constituírem famílias, debitando à

sociedade o encargo de suas irresponsabilidades" (fls. 101/105).

Em virtude da destituição do poder familiar dos genitores, os menores permaneceram abrigados até a manifestação ulterior de interesse na adoção deles, demonstrada pelo casal alemão Thomas e Elke Albert, o que resultou no processo de adoção.

Da análise do processo de adoção (fls. 32/225), observa-se que ele foi devidamente instruído com os documentos necessários à habilitação do casal pretendente e com estudos atestando a aptidão dos interessados, em todos os sentidos, em adotar as crianças. Dentre os documentos anexados ao processo de adoção, destacam-se:

- a) Identificação dos adotantes perante à Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA (fl. 35);
- b) pedido de habilitação formulado pelos adotantes para a CEJA (fl. 36);
- c) declaração assinada pelos adotantes atestando a ciência do caráter irrevogável da adoção (fl. 39);
- d) certificado de idoneidade para adotar, emitido em 12/06/1995 pelo Departamento de Tutela de Menores da Südliche Weinstrasse (fls. 40/41);
- e) laudo de "perícia para adoção", elaborado pela autoridade alemã, julgando o casal estrangeiro idôneo para assumir a adoção com responsabilidade (fls. 43/46);
- f) atestado psicológico, emitido na Alemanha, afirmando, do ponto de vista psicológico, não haver nada contra uma possível adoção (fl. 52);
- g) manifestação da Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA/SC, favorável ao pedido de habilitação do casal para adoção estrangeira (fl. 89);
- h) parecer do Ministério Público favorável à habilitação (fls. 90/92);
- i) certidão de julgamento da CEJA/SC, da sessão realizada em

29/06/1996, na qual foi deferido o pedido de habilitação do casal, por unanimidade de votos (fl. 99);

j) laudo de habilitação (fl. 100);

k) cópia da sentença de destituição do poder familiar (fls. 101/105);

Especificamente da declaração de idoneidade (fls. 40/41), destaca-se o seguinte trecho:

"Após as conversas mantidas com os requerentes e em base aos documentos de que dispomos (certificados médicos, certificados de boa conduta, etc...) somos da opinião que o casal Albert é idôneo para adotar filhos.

O Serviço de Tutela de Menores da Südliche Weinstrasse é favorável à aceitação de crianças a serem adotadas do Brasil.

Complementando o nosso relatório social do dia 09 de maio de 1995 confirmamos o efeito jurídico da adoção na qualidade de filho segundo o direito alemão.

Segundo o art. 1754 do Código Civil da República Federal da Alemanha (BGB) os filhos que forem aceitos mediante adoção gozarão dos mesmos direitos dos filhos comuns do casal.

Inclui-se, nestes direitos, evidentemente, também a cidadania alemã".

Do mesmo modo, destaca-se do laudo "perícia sobre adoção" o desejo do casal Albert em realizar a adoção dos menores (fls. 45/46):

"Os pais adotantes possuem dois filhos e desejam ter uma família maior de uns 4 filhos. Sob o ponto de vista médico não se aconselha à Dona Albert nenhuma gravidez mais porque ela já teve um aborto involuntário. O sexo e a cor da pele são secundários. O engajamento social vem antes de tudo. Trata-se de pessoas com interesses políticos que pretendem assumir suas responsabilidades.

Nos diálogos mantidos o casal declara que pretende adotar duas crianças brasileiras. Já entraram em contato com a diretora de um orfanato. Eles se referem à uma senhora originária da Alemanha chamada Gerlind Busch, que vive no Brasil e tem experiência no setor de adoções. [...]

A família Albert pretende voar para o Brasil em fins de julho para estabelecer contatos. Eles têm consciência do fato de que não poderão trazer imediatamente uma criança e que necessitam o consentimento do Serviço Distrital de Proteção de Menores.

Julgamos que o casal é idôneo para assumir a adoção com responsabilidade. Eles têm consciência do fato de que as crianças adotadas poderão sofrer atrasos no desenvolvimento. Eles não apresentam exigências prévias aos futuros adotados. Eles têm a intenção de desenvolver as crianças segundo as suas capacidades e inclinações.

No lugar há uma escola elementar e básica. Na região, em Neustadt e Landau, as crianças poderão prosseguir os estudos.

O casal Albert pretende adotar as crianças segundo o direito alemão (art. 1741 e seguintes do Código Civil da República Federal da Alemanha). Eles cumprem com as condições para tal que são previstas pela lei.

O presente relatório social foi efetuado pelo assistente social em base a vários diálogos efetuados com o casal Albert."

Portanto, nota-se que os documentos acima indicavam a voluntariedade e a disposição do casal em adotar crianças brasileiras, bem como o seu comprometimento com a futura educação delas.

Não fosse isso, conforme mencionado pela MM Juíza sentenciante Marisete Aparecida Turatto Pagnussatt, o parecer emitido no processo CEJA/SC-64/95, que homologou o pedido de habilitação à adoção internacional, foi devidamente fundamentado. Nos termos desse parecer:

"O casal Albert, alemães, residentes em Edenkoben-Alemanhã, ele 30 anos de idade, administrador de empresas, ela 34 anos de idade, advogada, casados há 10 anos, dois filhos biológicos, requerem habilitação para adoção de crianças, grupo de irmãos, na faixa etária de 0 a 09 anos, indiferente quanto ao sexo ou raça.

Apresentaram o pedido pessoalmente na CEJA, tendo sido encaminhados pela CEJA/PR, onde estiveram com o mesmo propósito de habilitação. As declarações inclusas, de conhecimento e gratuidade, foram preenchidas e assinadas em nossa presença, razão pela qual não consta tradução oficial. **Além dos documentos pertinentes ao processo, foram juntados estudos social e psicológico. O Estudo Social foi elaborado por Assistente Social do Serviço Distrital de Menores do local de residência dos Albert e as referências são positivas assim como o parecer favorável ao projeto de adoção.**

Os Albert têm dois filhos biológicos, Julius de 04 anos e Lena de nove meses, a adoção de mais crianças é justificada pelo desejo do casal de ter uma família numerosa o que não é viável através de gestação natural devido a problemas de saúde da Sra. Albert, indicados no relatório social, a motivação é também de caráter social. Com a família reside um irmão da Sra. Albert que sofre de esquizofrenia (fls. 12), consta tratar-se de pessoa de caráter pacífico sem problemas (sic.).

Apesar de sucinto, **o relatório contém dados suficientes para análise da situação sócio-familiar dos requerentes, além dos aspectos profissionais e econômicos, que, do ponto de vista dos técnicos, permitem a educação de mais filhos em ambiente salutar e confortável!**

Tendo em vista as referências positivas dos técnicos responsáveis pelo atendimento dos Albert, na Alemanha, assim como o interesse manifestado em

adoção de crianças, sobretudo grupo de irmãos, em nosso Estado, caracterizado também pela vinda da família, pessoalmente, em busca de maiores esclarecimentos sobre os procedimentos de adoção; considerando ainda o número de crianças cadastradas na Comissão, em condições de adoção, com o perfil pretensionado pelos Albert, convivendo em instituições de abrigo, sem possibilidades de colocação em família nacional e, no caso de alguns grupos de irmãos, com o risco de serem separados, somos de parecer que os Albert, uma vez habilitados, poderiam oferecer um lar a estas crianças oportunizando melhores condições de vida do que as que hoje possuem nos abrigos.

Nesse sentido, opinamos pelo deferimento do pedido de habilitação dos Albert e posterior concessão do Laudo de Habilitação correspondente".

A habilitação à adoção internacional, posteriormente, foi concedida ao casal, em Sessão da Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA/SC, mediante votação unânime.

Diante desses documentos, os quais atestavam inicialmente a capacidade do casal em adotar as crianças, observa-se que o MM Juiz de Direito Eron P. Pizzolatti deferiu a guarda provisória e determinou a realização de estágio de convivência (fl. 112). Os termos de guarda provisória foram devidamente expedidos (fls. 114/117).

Nota-se, ainda, que aos autos da adoção internacional foi juntado o Estudo Social, com a conclusão no sentido favorável da adoção das crianças (fls. 123/128).

Do mesmo modo, verifica-se que a sentença de adoção (fls. 130/133) foi devidamente fundamentada, atribuindo aos menores a condição de filhos com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-se de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo impedimentos matrimoniais para todos os fins e efeitos dos atos da vida civil.

Nos termos da referida sentença:

"[...]

A ação merece ser julgada procedente, porque apresenta reais vantagens para aos adotandos (art. 43 do ECA) e funda-se em motivos legítimos.

Segundo o estudo social do caso, elaborado pela Sr.^a Assistente Social (fls. 92/97), os menores são muito queridos e amados pelos requerentes, dos

quais vem recebendo carinho, assistência, educação e alimentação.

Os requerentes são pessoais idôneas e possuem uma boa situação financeira. Convivem harmoniosamente com sua família, da qual obtém todo apoio. Demonstram, outrossim, terem todas as condições necessárias (financeiras e emocionais), para adotarem as crianças em questão.

[...]

Pelo exposto, por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no art. 129, inciso X, c/c art. 22 da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), JULGO PROCEDENTE o presente pedido de Adoção e concedo a adoção de Elisandro Salini, Deivide Júnior Salini, Alexsandro Dieisi Salini e Cristiana Bellini, em favor dos requerentes, atribuindo-lhes a condição de filhos, com os mesmos direitos de devedores, inclusive sucessórios, desligando-os de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo impedimentos matrimoniais para todos os fins e efeitos dos atos da vida civil.

Os menores passarão a chamar-se Paul Albert [...].

Proceda-se a inscrição desta sentença no Registro Civil, mediante mandado do qual não se fornecerá certidão, devendo constar da inscrição o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes, arquivando-se o mandado judicial e cancelando-se os registros originais dos adotados (art. 47, parágrafo segundo do ECA), sem se fazer nenhuma observação sobre a origem do ato, ou certidões de registro, a não ser por ordem judicial.

Expeça-se o competente mandado, independentemente do prazo recursal.

Expeça-se alvará para emissão de passaporte em nome dos menores junto a Delegação da Polícia Federal.

Sem custas,

P. R. I.

Após a prolação da sentença, foram expedidos os mandados de registro e cancelamento (fls. 134/141), bem como os alvarás necessários à obtenção do passaporte para os menores (fls. 142/145).

Diante do relato acima, conclui-se que o processo de adoção seguiu o trâmite regular, com a realização de estudo social, além de ter sido instruído com documentos aptos a comprovarem a idoneidade e o preparo psicológico do casal adotante.

Além disso, foram tomadas todas as cautelas necessárias à atribuição de filiação aos menores, bem como os seus direitos, com a emissão dos documentos para novo registro e passaporte, permitindo que fossem residir na Alemanha.

Portanto, não se pode falar em negligência no trâmite processual, ou na inobservância de regras processuais ou procedimentais, seja pelo Poder Judiciário, seja pelo Ministério Público.

Como bem observado pela MM Juíza sentenciante (Marisete Aparecida Turatto Pagnussatt), a prova oral demonstrou a conduta adequada do Poder Judiciário e do Ministério Público de Santa Catarina, corroborando a conclusão de inexistência de negligência, omissão, ou ilegalidade.

A testemunha Dagmar R. Goldschmidt Labes, assistente social da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Chapecó e que acompanhou o caso do demandante/apelante e de seus irmãos, declarou:

O parecer social firmado pela depoente na época foi no sentido da destituição do pátrio poder dos pais biológicos, o que acabou ocorrendo. Nessa época o autor contava cerca de 10 anos, sendo o mais velho dos 4 irmãos. Na época já se encontravam todos abrigados (abrigo municipal de Chapecó), onde permaneceram quase 2 anos. Não localizaram família brasileira interessada na adoção conjunta dos irmãos. A idéia do serviço social do Juízo era manter os irmãos juntos, por isso se recomendou a tentativa de adoção internacional, através da CEJA. O casal alemão era cadastrado na CEJA, e todo o processo de habilitação tramitou pela CEJA. O serviço social de Chapecó encaminhou a situação das crianças à CEJA, que buscou dentre seus inscritos um casal interessado, encaminhando então o processo desse casal interessado à Comarca de Chapecó, já com parecer favorável à adoção pela CEJA, à análise do Juiz da Comarca, que entendeu favoravelmente à vinda do casal alemão até Chapecó, assim também se posicionando o serviço social deste Juízo. [...]

Na época não existia estrutura nesta Comarca para que o casal permanecesse aqui com as crianças em estágio de convivência, por isso o juiz autorizou a realização do estágio na cidade de Curitiba (não recorda se num Lar, Asilo) juntamente com a intérprete. Não foi expedida carta precatória ao juízo de Curitiba para que acompanhasse o estágio de convivência (o estágio em Curitiba ficou dessa forma por conta e risco dos próprios interessados, sem qualquer espécie de acompanhamento pela Justiça; os únicos contatos mantidos no período foram pelo telefone com o serviço social deste Juízo, feitos porém pela intérprete). Esse estágio de convivência durou cerca de 15 dias em Curitiba. A depoente não sabe o local físico em que esse estágio de convivência aconteceu. **O juiz de Chapecó teria exigido que o restante do prazo de 30 dias, o estágio de convivência voltasse a ocorrer em Chapecó, por isso a adotante e a intérprete retornaram com as crianças à Chapecó, onde permaneceram por cerca de 10 dias, sob acompanhamento direto do serviço social desta Comarca.** Ao final, a depoente firmou parecer totalmente favorável ao deferimento da adoção, pois tudo aparentava estar muito bem, as

crianças entrosadas entre si e com a adotante (esta que os tratava bem e não os discriminava), tudo demonstrando que a adoção seria exitosa. Foi deferida a adoção. [...]

Às perguntas formuladas pela Procuradora do Estado, passou a responder: o convívio do autor e seus irmãos com a família biológica foi muito sofrido, e por isso dela foram retirados pelo conselho tutelar de Chapecó (negligência, abandono, ausência de carinho, afeto). Pelo contato que teve com o casal alemão, em nenhum momento viu algo que pudesse motivar parecer contrário à adoção, cuja condição sócio-econômica foi apurada pela CEJA. Concluído o estágio de convivência, elabora-se o estudo social, conforme a depoente fez através do estudo de fls. 123/128, favorável à adoção. As crianças foram ouvidas, previamente à elaboração desse estudo social, e todos "queriam muito a adoção". É muito difícil, quase impossível, a nível nacional encontrar casal que aceite a adoção coletiva de 4 irmãos, o que era ainda muito mais difícil na época dos fatos. A depoente conhecia a tia biológica das crianças que morava em Chapecó, que afirmava desejo "de assumir somente a pequenininha, que na época tinha 2 aninhos", porém o serviço social local avaliou que a mesma não tinha condições sócio-econômico-emocional para assumi-las, inclusive havendo notícias que o tratamento que a eles dispensava não era adequado (havia inclusive denúncias de maus tratos). [...]" (Grifou-se).

A Sr.^a Mery-Ann Furtado e Silva, assistente social da Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA/SC também prestou depoimento, do qual se destaca (fls 463/464):

"Às perguntas formuladas, passou a responder: que em 1994/1995 recorda que um casal de alemães teve sua habilitação para adoção pela comissão estadual judiciária de adoção/CEJA; que na época após analisarem a documentação vinda do exterior e o perfil do casal até fizeram algumas observações mas o cadastro foi aprovado; que posteriormente o casal foi encaminhado para a comarca de Chapecó onde havia quatro menores irmãos para adoção; que o casal estava apto a adotar também pelo governo alemão e estavam com a documentação dentro dos critérios do CEJA e legislação internacional; que foi efetuado o estágio de convivência de trinta dias sem abreviação e o processo de adoção tramitou regularmente pelo que sabe; que desconhece algum problema durante o estágio de convivência; que um ano e três meses depois da saída das crianças para a Alemanha começaram a receber informações de que os menores estariam com problemas de adaptação e comportamento com os adotantes; que o mais velho praticava pequenos furtos segundo diziam; que na época a Alemanha não tinha ratificado a convenção de Haia sobre adoção internacional, não garantindo cidadania alemã imediata às crianças, recusando-se a deferir essa cidadania aos menores que estavam com os adotantes; que os adotantes informavam ter interesse em ficar com as crianças mas o governo Alemão queria deportá-las para o Brasil;

que em razão desse episódio a corregedoria informou o Juiz da comarca e o Ministério das Relações Exteriores pedindo providência; que não houve resposta do Ministério das Relações Exteriores e do governo Alemão, o que motivou a suspensão de todos os pedidos de habilitação de casais alemães pelo CEJA; (Grifou-se).

Diante desses fatos, não se pode afirmar que houve erro do Poder Judiciário ou do Ministério Público catarinenses, muito menos negligência do Juiz ou do Promotor de Justiça na condução e no deferimento do processo de adoção.

O processo, repito, foi devidamente instruído, e a decisão tinha respaldo em estudos sociais e psicológicos realizados por profissionais no Brasil e na Alemanha.

Ademais, a sentença foi devidamente fundamentada pelo MM Juiz de Direito, respeitando o disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal.

Destaca-se, novamente, o trecho extraído do certificado emitido pelo Departamento de Tutela de Menores de Südliche Weinsdtrasse, no qual o Serviço de Tutela de Menores da Südliche Weinsdtrasse manifestou-se favorável à aceitação de crianças a serem adotadas do Brasil e garantiu o efeito jurídico da adoção na qualidade de filho segundo o direito alemão, além de afirmar que os filhos que fossem aceitos mediante adoção gozariam dos mesmos direitos dos filhos comuns do casal (fls. 40/41).

Portanto, além dos atestados e estudos sociais realizados, havia documento nos autos atestando o efeito jurídico da adoção na qualidade de filhos dos menores, segundo o direito alemão, pelo que, não se pode imputar ao Poder Judiciário a atuação negligente.

Do mesmo modo, não prospera o argumento do demandante/apelante no sentido de que o estágio de convivência não respeitou o prazo mínimo. Primeiro, porque o autor não juntou aos autos nenhum documento atestando que houve redução do prazo do estágio de convivência. Embora tenha havido pedido nesse sentido por parte do casal adotante, não

houve deferimento judicial.

Segundo, porque os depoimentos colhidos indicam que houve o cumprimento do referido prazo.

A Sr.^a Mery-Ann Furtado e Silva, assistente social da Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA/SC afirmou **que foi efetuado o estágio de convivência de trinta dias sem abreviação** e o processo de adoção tramitou regularmente pelo que sabe; que desconhece algum problema durante o estágio de convivência.

No mesmo sentido foram as declarações da assistente social da Comarca de Chapecó, que confirmou a realização do estágio de convivência inicialmente na Comarca de Curitiba-PR e sua conclusão em Chapecó-SC, com acompanhamento do Setor de Assistência Social.

Não fosse isso, a testemunha Aide José Valcarenghi, magistrado aposentado, confirmou a realização do estágio de convivência em uma chácara de sua propriedade, cedida para tal fim. Conforme declarou a testemunha:

"Em 1994 era magistrado em Xanxerê, nós possuía uma pequena chácara, em Chapecó. Devido ao conhecimento existente entre este depoente e a Sr.^a Dagmar Goldschmit, assistente social deste Fórum, sabedora da existência dessa chácara, consultou-me para ver da possibilidade de ceder esse local para uma família vinda da Alemanha que estava em Chapecó em processo de adoção de crianças brasileiras. Aquiesci ao pedido e cedi o local onde posteriormente pude constata que lá estava abrigada uma Sr.^a da Alemanha de nome Elke com um casal de filhos dela e mais 4 crianças brasileiras. Lá ficaram pelo tempo necessário e determinado pelo Juiz da adoção, em perfeita paz harmonia, não lembro bem por quantos dias. Mas lembro que havia uma perfeita harmonia entre as crianças em adoção com os filhos naturais da Sr.^a [...]" (fl. 791).

Logo, afasta-se o argumento de que o processo de adoção correu às pressas e sem observar o prazo mínimo do estágio de convivência.

Ademais, mesmo na eventualidade de não ter sido respeitado o prazo de trinta dias de estágio de convivência, esse argumento, por si só, é insuficiente para caracterizar a responsabilidade do Poder Judiciário de Santa

Catarina ou do Ministério Público catarinense pelo insucesso da adoção.

Os motivos que ensejaram a “devolução” dos menores surgiram posteriormente, na Alemanha, e não têm relação com a atuação dos órgãos estatais ou com o estágio de convivência.

O documento de fl. 176, emitido pela entidade de mediação de adoção do juizado de menores do Conselho de Südliche Weinsdtrasse, Alemanha, explica as razões pelas quais àquele País não concordou com a adoção. Cita-se:

“As crianças Paul e David Albert fizeram-se reparar por vários actos de relevância judiciária (roubos, extorsão). Paul foi agarrado e detido repetidamente pela polícia.

As crianças Christiane e Alexander acusam, segundo os resultados do exames médicos efectuados aqui, uma grave deficiência mental; a criança Davir deve ser considerado como pelo menos limitado nas capacidades de aprender. Baseado em amplos exames psicológicos de desenvolvimento, as possibilidades de uma vida autônoma para as crianças Christiane e Alexander são consideradas nulas. Teriam que ser postas sob curatela mais tarde ou mais cedo, criando assim uma situação que não se pode infligir a nenhum dos interessados.

Consideram-se as quatro crianças como incapazes de relacionamento. Nem entre os irmãos nem na família adoptiva criaram-se relação que se pudessem considerar como base sólida. Os pais Elke e Thomas já não podem assumir as dificuldades que decorreram do acolhimento das crianças em casa. OS filhos naturais são ameaçados por Paul e David e começaram a notar as atitudes negativas” (fl. 176).

O relatório acima foi redigido e datado em 10/11/96, enquanto que a sentença de adoção e os documentos necessários à viagem dos menores para a Alemanha foram emitidos em agosto de 1995, ou seja, um ano antes.

Referido documento é enfático ao afirmar que **exames realizados na Alemanha** detectaram os problemas mentais em duas crianças.

Com relação ao demandante/apelante, somente na Alemanha ele demonstrou comportamento desviado, com a prática de atos infracionais, não havendo qualquer documento que relacione a sua conduta naquele país com eventual falha no processo conduzido pelo Poder Judiciário Catarinense.

Não se pode afirmar que a duração maior do estágio de

convivência poderia evitar a devolução dos menores. Pelo contrário, a prova dos autos sugere que **somente no país de acolhida é que foram identificados os problemas de saúde e surgiram as dificuldades de adaptação.**

Inclusive, a prova testemunhal transcrita acima é clara ao demonstrar que, no Brasil, havia perfeita harmonia entre o casal adotante, seus filhos e os adotandos. Nenhum problema foi identificado ou vislumbrado pelos setores responsáveis.

Sabe-se que uma pessoa adulta e estabilizada na vida, quando vai residir em outro país, seja para estudar, trabalhar ou apenas fixar novo domicílio, pode encontrar problemas de adaptação. Logo, é natural que menores de idade sejam mais susceptíveis a esse tipo de problema de adaptação, razão pela qual não se pode imputar essa consequência ao prazo do estágio de convivência.

Do mesmo modo, não prospera o argumento do demandante/apelante no sentido de que a adoção internacional não poderia ter sido deferida a país que não havia aderido à Convenção de Haia.

A chamada Convenção de Haia (Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional) foi concluída no ano de 1993 e Promulgada no Brasil por meio do Decreto n. 3.087 de 21 de junho de 1999.

Os Tratados e Convenções incorporam-se à legislação brasileira após a sua promulgação e publicação por meio do Decreto do Poder Executivo. Logo, considerando que a Convenção de Haia foi ratificada pelo Brasil somente no ano de 1999, não se pode falar que houve inobservância de suas regras.

O fato do Brasil – e da Alemanha – ainda não terem ratificado a Convenção de Haia quando da conclusão do processo de adoção do ora apelante não induz à conclusão de que a adoção internacional era vedada.

Pelo contrário, havia previsão expressa acerca da adoção internacional na redação original do Estatuto da Criança e do Adolescente:

“Art. 51. Cuidando-se de pedido de adoção formulado por estrangeiro

residente ou domiciliado fora do País, observar-se-á o disposto no art. 31.

§ 1º O candidato deverá comprovar, mediante documento expedido pela autoridade competente do respectivo domicílio, estar devidamente habilitado à adoção, consoante as leis do seu país, bem como apresentar estudo psicossocial elaborado por agência especializada e credenciada no país de origem.

§ 2º A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá determinar a apresentação do texto pertinente à legislação estrangeira, acompanhado de prova da respectiva vigência.

§ 3º Os documentos em língua estrangeira serão juntados aos autos, devidamente autenticados pela autoridade consular, observados os tratados e convenções internacionais, e acompanhados da respectiva tradução, por tradutor público juramentado.

§ 4º Antes de consumada a adoção não será permitida a saída do adotando do território nacional.

Art. 52. A adoção internacional poderá ser condicionada a estudo prévio e análise de uma comissão estadual judiciária de adoção, que fornecerá o respectivo laudo de habilitação para instruir o processo competente.

Parágrafo único. Competirá à comissão manter registro centralizado de interessados estrangeiros em adoção.

Por sua vez, estabelecia o art. 31 do referido Estatuto:

"Art. 31. A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.

Conforme já mencionado, o casal pretendente instruiu o pedido com os documentos referidos no art. 51, § 1.º, do ECA. Os documentos estavam traduzidos por tradutor público juramentado e os menores somente saíram do país após a conclusão da adoção.

Ainda, houve estudo prévio e análise por parte da Comissão Estadual (CEJA), responsável pelo fornecimento do laudo de habilitação.

Diante disso, considerando que todo o processo legal foi respeitado, e que havia a previsibilidade da adoção internacional no ordenamento nacional mesmo antes da Convenção de Haia, não há falar em ilegalidade ou negligência do Poder Judiciário e do Ministério Público de Santa Catarina.

Especificamente sobre a atuação do Ministério Público de Santa

Catarina, o demandante/apelante aduziu que o i. Promotor de Justiça não poderia ter ignorado a vontade da tia do ora apelante e obter a guarda dele e de seus irmãos.

Todavia, esse argumento não merece prosperar.

Com efeito, a assistente social da Comarca de Chapecó afirmou conhecer a tia biológica das crianças e que ela afirmou o desejo de assumir **somente a "pequeninha"**, ou seja, não tinha intenção de obter a guarda do ora apelante.

Além disso, o serviço social local avaliou que a referida tia não tinha condições sócio-econômica-emocional para assumir a guarda, havendo notícias, inclusive, de que o tratamento dado pela tia aos menores era inadequado, com denúncias de maus tratos.

Necessário frisar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) consolidou a doutrina da proteção integral (art. 1.º do ECA), com fundamento constitucional (art. 227, *caput*, da CF/88), da qual se extrai o **princípio do melhor interesse para a criança e para o adolescente**.

Esse princípio deve pautar a atuação do Poder Público e, especificamente no caso, do Poder Judiciário e do Ministério Público catarinenses. A fundamentação acima demonstra que a atuação seguiu exatamente a regra constitucional e o princípio do melhor interesse.

Com efeito, os menores formavam um grupo de quatro irmãos e estavam todos abrigados, em razão da destituição do poder familiar dos genitores. Não havia a possibilidade de colocação dos menores na companhia dos demais parentes, diante dos maus tratos a que eram submetidos pela tia. Logo, a adoção demonstrou ser a melhor opção.

A obtenção de pretendentes à adoção de crianças maiores de três anos já é tarefa difícil àqueles que militam na área. Tratando-se de adoção coletiva, ou seja, de um grupo com quatro irmãos, a missão se torna muito mais difícil, conforme destacado pela assistente social (fl. 823).

Portanto, com a demonstração de interesse por parte do casal alemão, que cumpriu todos os requisitos legais, e respeitado o devido processo legal, com a realização de estudos, a adoção mostrava-se o melhor caminho ao grupo de irmãos, medida que buscou atender ao princípio do melhor interesse.

Não se pode negar que, entre manter os menores abrigados, entregá-los a uma tia que os mau tratava, ou permitir a adoção de todos conjuntamente, a melhor opção era a adoção.

Infelizmente, surgiram problemas posteriores, os quais não podem ser imputados ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público, conforme já fundamentado. Esse problemas não podem servir para condenar todo o trabalho e atenção dispensados ao caso, o qual buscou sempre atender ao melhor interesse dos menores.

Por essas razões, ante a inexistência da atuação negligente do Poder Judiciário ou do Ministério Público, não se pode imputar a responsabilidade ao Estado de Santa Catarina, razão pela qual a manutenção da sentença de improcedência, nesse ponto, é medida que se impõe.

Consequentemente, prejudicada a análise dos demais pedidos da Apelação Cível do demandante, os quais somente seriam examinados na hipótese de ser caracterizada a responsabilidade civil do Estado Catarinense.

(b) Da Majoração dos valores da condenação do Estado de Goiás.

Alegou o demandante/apelante que os valores fixados a título de danos morais (R\$ 25.000,00) e danos estéticos (R\$ 5.000,00) não reparam o dano sofrido por ele.

O argumento não merece prosperar.

Com efeito, é cediço que a legislação em vigor não estabeleceu critérios objetivos à fixação da reparação devida em caso de dano extrapatrimonial.

A indenização, contudo, deve ser estipulada em valor suficiente à compensação pelo constrangimento suportado pela vítima, e que seja capaz de impedir que a outra parte continue praticando atos ilícitos da mesma espécie.

A importância fixada deve, ainda, atentar-se ao caso concreto, em observância especial à extensão do dano e à capacidade econômica das partes, a fim de não permitir a ocorrência de enriquecimento indevido daquele que vai receber, tampouco o empobrecimento daquele que desembolsará a referida quantia.

Finalmente, deve-se observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Sobre a questão, leciona Carlos Alberto Bittar:

"(...) a indenização por danos morais deve traduzir-se em montante que represente advertência ao lesante e à sociedade de que não se aceita o comportamento assumido, ou evento lesivo advindo. Consubstancia-se, portanto, em importância compatível com o vulto dos interesses em conflito, refletindo-se, de modo expressivo, no patrimônio do lesante, a fim de que sinta, efetivamente, a resposta da ordem jurídica aos efeitos do resultado lesivo produzido. Deve, pois, ser a quantia economicamente significativa, em razão das potencialidades do patrimônio do lesante." (*Reparação civil por danos morais*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. p. 233).

No mesmo sentido, é a lição de Humberto Theodoro Júnior:

"(...) os parâmetros para a estimativa da indenização devem levar em conta os recursos do ofensor e a situação econômico-social do ofendido, de modo a não minimizar a sanção a tal ponto que nada represente para o agente, e não exagerá-la, para que não se transforme em especulação e enriquecimento injustificável para a vítima. O bom senso é a regra máxima a observar por parte dos juízes." (*Dano moral*. 6. ed., São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2009. p. 61).

Também, é o entendimento deste Tribunal:

"O valor da **indenização dos danos morais** será, sempre, fixado pelo juiz para abrandar o sofrimento anímico ou psíquico da vítima, decorrente da lesão ou trauma a ela infligido, com o devido cuidado para não lhe enriquecer sem causa, nem servir de estímulo à recidiva do ofensor, tudo devendo ser feito para que também represente papel pedagógico e reprimenda indelével a quem cometeu o fato danoso." (TJSC, Apelação Cível n. 2007.011164-1, rel. Des.

Luiz Carlos Freyesleben, j. 27-11-2009).

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça fixou o entendimento no sentido de que a indenização por danos morais possui tríplice função: a) compensatória, voltada a mitigar os danos sofridos pela vítima; b) repressiva, a fim de responsabilizar o autor do ato ilícito; e, c) preventiva, marcada por um caráter pedagógico, visando a coibir novas condutas.

A fim de concretizar as apontadas funções e observando os parâmetros acima delineados, o STJ passou a utilizar o método bifásico de fixação da indenização, no qual o julgador, na primeira fase, fixará um valor padrão, levando-se em consideração o interesse jurídico envolvido, enquanto na segunda fase haverá o arbitramento definitivo do quantum indenizatório de acordo com as peculiaridades do caso concreto (REsp nº 1.771.866/DF, rel. MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, j. 12/02/2019).

Por tais razões, em observância aos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, e aos parâmetros acima delineados, considerando as circunstâncias peculiares do caso, conclui-se que a **indenização a título de danos morais e danos estéticos** devem ser mantidas, respectivamente, em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por se revelar adequada e capaz de indenizá-lo pelos **danos morais e estéticos** suportados, bem como a inibir novas irregularidades.

A propósito, observa-se que a importância de R\$ 25.000,00, fixada em 05/04/2014 (data da sentença), revelava-se condizente com os precedentes deste Tribunal, os quais fixavam quantia maiores somente para os casos de morte (TJSC, Apelação Cível n. 2010.002254-0, de Papanduva, rel. Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli, Segunda Câmara de Direito Público, j. 16-12-2014) ou lesões gravíssimas (TJSC, Apelação Cível n. 2013.053420-2, de Jaraguá do Sul, rel. Des. João Batista Góes Ulysséa, Segunda Câmara de Direito Civil, j. 13-11-2014).

No tocante aos danos morais, eles visam reparar o dano decorrente da omissão do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado de Goiás na condução do processo de guarda do autor.

Entretanto, mesmo que os agentes estatais tivessem tomado as diligências necessárias à condução do caso, não há certeza de que o demandante/apelante receberia a pensão. Esse fato, embora não exclua o dever de indenizar, deve ser considerado na fixação do valor dos danos morais.

Além disso, o demandante/apelante foi acolhido por família brasileira, e somente foi abrigado após a sua fuga e manifestação do desejo de não voltar à família guardiã. Portanto, essas circunstâncias, apesar de não elidirem o dever de indenizar, devem ser consideradas na fixação do quantia indenizatória.

Com relação à quantia fixada à título de danos estéticos, cumpre mencionar as conclusões do laudo pericial (fls. 404/406 e 766/767) no sentido de que a lesão sofrida pelo autor é de **grau leve**;

Dessa forma, a quantia de R\$ 5.000,00 a título de danos estéticos mostra-se adequada.

Logo, o recurso do demandante/apelante não merece ser acolhido..

2.2 Apelação Cível interposta pelo demandado/requerido Estado de Goiás (fls. 865/884).

2.2.1 Admissibilidade

Preenchidos os pressupostos que regem a admissibilidade, conhece-se do recurso.

2.2.2 Mérito

(a) Inexistência do dever de indenizar.

O Estado de Goiás apresentou o recurso de apelação alegando, inicialmente, a inexistência do dever de indenizar, sob o argumento de que não

praticou ato ilícito.

Afirmou que a petição inicial de guarda não necessitava ser subscrita por advogado, conforme sustentado pelo demandante, bem como não houve violação às regras do Estatuto da Criança e do Adolescente (especificamente artigos 39, 40 e 41).

Alegou que o caso foi acompanhado pela equipe interprofissional, com intervenção de psicóloga e assistente social. Argumentou que, diante da desistência da adoção pela família alemã, o Poder Judiciário de Goiás se viu na obrigação de conceder medida extraordinária, razão pela qual foi deferida a guarda ao casal Serafim Dias dos Santos e Sirlene Barbosa Correia Santos.

Também, sustentou a impossibilidade de responsabilização do Estado por atitudes do magistrado, em sua função típica, sob pena de ferir a sua independência funcional.

Conforme fundamentado acima, quando da análise do recurso de Apelação Cível interposto pelo demandante Paul Albert, não se aplica ao caso a regra da responsabilidade civil objetiva.

Pelo contrário, é necessário averiguar se houve erro judiciário ou atuação culposa do agente (magistrado) do Estado.

Com efeito, em regra, o Estado não pode ser responsabilizado por ato típico do juiz, sob pena de violação da sua independência funcional. Todavia, conforme ensinamento doutrinário acima citado, prevalece no STF o entendimento de que, havendo omissão ou culpa, poderá haver responsabilidade.

Fixada essa premissa, passo ao exame da conduta adotada pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público do Estado de Goiás.

Extrai-se dos autos que, após a informação da entidade de mediação de adoção do juizado de menores do Conselho de Südliche Weinstrabe, o Sr. Thomas Albert veio ao Brasil, em 24/11/1996, especificamente para Curitiba/PR, com a intenção de recolocar (devolver) as crianças adotadas

em família brasileira (fl. 154).

Através da Instituição Agridas, sediada em Curitiba/PR, a mesma que aproximou o referido casal das crianças em Chapecó/SC, identificou-se a possibilidade de colocação os menores com os senhores Serafim Dias dos Santos e Cirlene Barbosa Correa, casados e residentes em Goiânia/GO.

O Sr. Thomas, juntamente com as crianças, foi para a referida cidade e se dirigiu ao Juizado da Infância e Juventude para fins de regularização da situação. No local, foram atendidos apenas pela Psicóloga Judicial, sem contato com o magistrado ou com o representante do Ministério Público (fl. 171).

Em seguida, foi formulado pedido de guarda pelo casal Serafim Dias e Cirlene Barbosa diretamente no Cartório da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia-GO, mediante formulário, sem assistência de advogado.

Conforme mencionado pelo Estado de Goiás, a princípio, não se verifica ilegalidade no pedido de guarda sem a assistência de advogado, tendo em vista que o art. 166 do ECA autoriza a formulação do pedido diretamente em cartório quando houver adesão expressa pelos pais.

Entretanto, muito embora a assistência de advogado fosse desnecessária, a condução do processo naquele Estado não observou as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que demonstra a ação culposa do Poder Judiciário e do Ministério Público Goianos.

O parágrafo único do art. 166 do ECA determina a oitiva dos pais pela autoridade judiciária e pelo Ministério Público nos casos em que eles concordarem com a colocação de seus filhos em família substituta, devendo as declarações serem reduzidas por termo, o que, no caso, não ocorreu.

O ofício n.º 046/97 enviado pelo Juizado da Infância e Juventude de Goiânia (fls 520/521) e a informação de fl. 171 confirmam que, naquele juízo, os envolvidos (Sr. Thomas, menores e o novo casal guardião) foram ouvidos somente pela Psicóloga, e que não houve nenhuma audiência para oitiva dos pais.

A prova testemunhal também comprova esse fato.

A Sr.^a Isa Alves Velloso, Psicóloga do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia, afirmou que conversou **informalmente** com o Sr. Thomas, Sirlene, Serafim e as quatro crianças no juizado da Infância e Juventude. A testemunha declarou que o juiz normalmente não tem condições de ouvir diretamente os interessados, razão pela qual ela poderia afirmar que os envolvidos não foram ouvidos pelo juiz, mas apenas por ela, e de forma informal (fls. 424/426).

No mesmo sentido são as declarações do Sr. Serafim Dias dos Santos (fls. 427/428) e da Sr.^a Sirlene Barbosa Correa Santos (fls. 429/431), casal qua obteve a guarda dos menores em Goiânia. Ambos afirmaram que foram até o Juizado da Infância e Juventude e **não participaram de audiência com o juiz**, mas foram ouvidos pela Sr.^a Isa (Psicóloga), que sempre acompanhou o caso.

Logo, não há dúvidas de que, embora não tenha havido ilegalidade no requerimento de guarda formulado sem advogado, o caso não foi tratado com a atenção adequada, pois os pais (casal alemão) não foram ouvidos pela autoridade judiciária e nem pelo Ministério Público, conduta contrária ao disposto em lei (art. 166, parágrafo único, do ECA – com redação vigente na época dos fatos).

A adoção possui caráter irrevogável (art. 48 do ECA), motivo pelo qual o Poder Judiciário e o Ministério Público de Goiânia não poderiam ter deferido a guarda sem as formalidades legais, contribuindo para que o Sr. Thomas praticamente se livrasse dos menores.

Não fosse isso, extrai-se dos autos que o Poder Judiciário do Estado de Goiás, além de iniciar o processo de guarda sem respeitar o disposto no ECA, deixou de comunicar o Poder Judiciário Catarinense sobre o retorno dos menores ao Brasil, ou seja, sobre o insucesso da adoção realizada por este Tribunal.

Verifica-se que o processo de Guarda (fls. 495/750) foi instruído desde o início, antes da conclusão ao magistrado, com a informação da Psicóloga do Judiciário Goiano (fls. 510/511) no sentido de que as crianças tinham sido adotadas por um casal alemão, neste Estado.

Porém, a despeito da informação, o MM Juiz de Direito de Goiânia não comunicou os fatos ao Judiciário Catarinense, limitando-se a dar o impulso burocrático ao processo (fl. 511verso).

Posteriormente, após um "estudo social" (fl. 512) e nova informação da Psicóloga do Estado de Goiás (fls. 513/514), em 13/02/1997, ou seja, praticamente três meses após a "devolução" das crianças pelo casal adotante, o juiz de direito daquele Estado concedeu a guarda provisória aos senhores Serafim e Sirlene, sem fundamentação e sem qualquer menção ou referência ao processo de adoção.

Inclusive, até aquela data, não havia sido determinado nenhuma comunicação ao Poder Judiciário Catarinense para a ciência dos fatos e para que tomasse as medidas pertinentes.

Somente em 10/03/1997, ao receber os autos para manifestação, o Ministério Público do Estado de Goiás solicitou a comunicação dos fatos ao Poder Judiciário de Santa Catarina.

Contudo, não houve atendimento dessa determinação pelo Juizado da Vara da Infância e Juventude de Goiânia, pois aquela unidade somente comunicou os fatos após ser provocado pela Corte Catarinense, conforme se verifica às fls. 520/521.

A falta de cuidado com o caso é confirmado pela Assistente Social da Comarca de Chapecó, Sr.^a Dagmar R. Goldschmidt Labes, que declarou em juízo:

"Estranhamente, muito embora a adoção tivesse sido processada em Chapecó, só se soube de tudo isso quando as crianças já estavam sob guarda desse casal em Goiânia. Acredita que a referida intérprete [Babete Margaret Zwiener Manich, que havia aproximado o casal com as crianças] foi quem teria

comunicado a CEJA de Santa Catarina, e por isso os fatos vieram à tona. A CEJA teria encaminhado alguns ofícios ao juiz de Goiânia, e também oficiou o juiz de Chapecó onde o processo de adoção estava arquivado. Desconhece tenha o Juízo de Goiânia prestado qualquer espécie de informação. A depoente, preocupada com a situação das crianças, e inconformada com o que havia ocorrido, juntamente com a assistente social da CEJA Mary-Ann Furtado e Silva, e entendendo que as crianças deveriam ao menos retornar à Chapecó, **contatava por telefone com a psicóloga do Juizado de Goiânia (de nome Iza), sendo que até a mesma não sabia explicar o que havia ocorrido, afirmando que simplesmente o juiz de Goiânia aceitou as crianças lá, tendo contactado com o adotante varão (Thomas Albert) que teria comprometido-se a manter o pagamento de uma pensão alimentícia (nem a psicóloga de Goiânia sabia dizer se essa pensão foi estipulada judicialmente e regularmente).**

Não bastassem a falta de comunicação ao r. Juízo da Comarca de Chapecó - que havia deferido a adoção - e a concessão de guarda sem respeitar o disposto em lei, o Poder Judiciário de Goiás e o Ministério Público daquele Estado deixaram de agir, também, com o fim de garantir a subsistência dos menores.

Desde o início, o casal guardião informou que não tinha condições financeiras de arcar com as despesas de mais quatro menores, pois já tinham três filhos, e somente ficariam com a guarda daqueles mediante uma contribuição mensal do Sr. Thomas. Este, comprometeu-se em depositar a quantia de R\$ 650,00 mensais, entre o dia 1.º e 5.º de cada mês.

Apesar dessa informação, o Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia não fixou qualquer pensão judicial, limitando-se a deferir a guarda. Do mesmo modo, o Ministério Público daquela Comarca não requereu a fixação da pensão.

Embora o juiz não tivesse obrigatoriedade, em tese, de fixar pensão em todo procedimento de alteração de guarda, o caso concreto apresentava situação distinta. Tratava-se de uma "relocação" de menores adotados, oriundos de uma adoção internacional inexitosa e o novo casal guardião afirmou que tinha necessidade da pensão para acolher as crianças.

Em seus depoimentos (fls. 836 e 837), os guardiões brasileiros confirmaram o comprometimento (verbal) do "alemão" (Sr. Thomas) em contribuir financeiramente, mas que isso ocorreu apenas uma vez. Além disso, a Sr. Sirlene declarou que ele mudou de endereço na Alemanha (fl. 837).

Os relatórios de acompanhamento (fls. 526/527, 529 e 531/531 verso) deixavam claro as dificuldades financeiras encontradas pela família. Inclusive, no documento de fl. 531/531verso, subscrito pela Psicóloga do Poder Judiciário de Goiás, há referência ao fato de que o Sr. Serafim estaria desanimado quanto ao aspecto financeiro, e que eles viviam em dificuldades.

Contudo, apesar de ter ciência desses problemas, o Ministério Público e o Poder Judiciário nada fizeram para que o direito aos alimentos dos menores fosse garantido.

Não é demais lembrar que o demandante/apelante, naquele momento, estava sob tutela do Estado de Goiás, a quem cabia, por meio do Ministério Público, atuar para garantir os direitos fundamentais dos menores. Logo, a omissão do Estado caracterizou ato ilícito, apto a configurar o dever de indenizar.

Nota-se, portanto, que o caso não foi conduzido com as devidas cautelas pelo Poder Judiciário Goiano, pois: a) deferiu a guarda dos menores ao novo casal sem observar o procedimento legal; b) não comunicou ao Poder Judiciário Catarinense sobre a entrega das crianças naquela Comarca; c) deferiu a guarda dos menores adotados aos requerentes sem observar a necessidade de fixação de pensão, pois o casal guardião manifestou a impossibilidade financeira de cuidar das crianças (fl. 511); d) não tomou nenhuma medida durante o trâmite processual, apesar de ciente das dificuldades financeiras encontrada pelo casal guardião, no sentido de se buscar a contribuição financeira pelo casal alemão.

Nesse ponto, destaca-se a conclusão da MM Juíza sentenciante Marisete Aparecida Turatto Pagnussatt (fl. 838):

"Diante de todo o até aqui narrado, outra não é a conclusão senão a de

que o Juízo da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia deveria ter atuado de maneira mais cautelosa e precavida, tendo sido claramente negligente ao deferir a guarda e responsabilidade definitivas ao casal goiano Serafim Dias dos Santos e Sirlene Barbosa Correa sem antes contatar o Juízo da Comarca de Chapecó, responsável pelo deferimento da adoção dos menores ao casal alemão no ano de 1995 e, ainda, sem se certificar totalmente de que o casal Elke e Thomas Albert, em que pese tenham modificado a guarda dos filhos, continuariam a contribuir para seu sustento, propiciando-lhe boas condições de vida ainda que vivendo, então, no Brasil.

Por essas razões, evidencia-se a conduta negligente do Poder Judiciário e do Ministério Público de Goiás, razão pela qual se afasta a tese de inexistência do dever de indenizar.

(b) Da Culpa exclusiva vítima.

O demandado/apelante Estado de Goiás também pugnou em seu recurso de apelação pelo reconhecimento da culpa exclusiva da vítima, o que afastaria o seu dever de indenizar os danos estéticos sofridos.

Em síntese, sustentou que o demandante/apelante Paul Albert demonstrou, na infância e na adolescência, ser um pessoa "problemática". Afirmou que o seu abrigo decorreu do comportamento apresentado pelo demandante/apelante, que fugiu da guarda do casal de Goiânia.

Segundo o demandado/apelante, caso o demandante Paul Albert não tivesse fugido do casal guardião, o abrigo não teria ocorrido e, conseqüentemente, não teria sofrido o acidente.

Argumentou o Estado de Goiás, também, que o abrigo foi determinado pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, de modo que o Estado de Goiás em nada contribuiu para o evento danoso.

A tese não merece acolhimento.

Inicialmente, ressalta-se que o pedido de indenização por danos morais tem como fundamento a atuação negligente do Estado de Goiás, o que já foi examinado. Com relação ao pedido de indenização por dano estético, a sua

causa de pedir está relacionada com o acidente sofrido pelo demandante/apelante na época em que estava abrigado no Estado de Goiás.

É incontroverso nos autos que o demandante/apelante Paul Albert sofreu acidente na oficina do abrigo de menores Terra Fértil, de Goiânia, o que dispensa produção de prova (art. 334, III, CPC/73, vigente à época).

Com relação ao dano, destaca-se a conclusão do Laudo Pericial de fls. 404/406, complementado às fls. 766/767:

"Avaliando-se a história clínica, exame físico, idade, escolaridade, atividade e experiência profissional, entendemos que o autor apresenta incapacidade parcial permanente em grau leve para atividades genéricas manuais, por perda da falange distal do 3.º dedo da mão esquerda e limitação da flexão da falange distal do 2.º dedo da mão esquerda, em grau moderado. Existe nexocausal e a incapacidade ocorre a aproximadamente 06 anos"

O fato do adolescente ter sido abrigado em virtude de seu comportamento não caracteriza a alegada excludente de responsabilidade civil (culpa exclusiva da vítima). Além de tudo, é irrelevante ao deslinde do feito.

Com efeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em redação vigente à época dos fatos e mantida até os dias atuais, determina a aplicação de medidas de proteção sempre que os direitos reconhecidos pela referida legislação forem ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado (art. 98, I, do ECA), por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável (art. 98, II, do ECA), ou em razão da própria conduta das crianças e dos adolescentes (art. 98, III, do ECA).

Portanto, é dever do Estado aplicar medidas de proteção à criança e ao adolescente, com o objetivo de afastar a ameaça ou a violação aos direitos deles, mesmo que esses fatos decorram da própria conduta dos menores.

No caso, após completar 12 anos, o adolescente manifestou o desinteresse de ser inserido em família substituta mediante guarda, direito que o Estatuto da Criança e do Adolescente lhe garante (art. 28, § 1.º, do ECA).

Consequentemente, diante da impossibilidade de manutenção na

família natural, bem como da colocação em família substituta, o adolescente encontrava-se em situação de risco, motivo pelo qual foi necessário o seu abrigo, conforme determina a lei.

As crianças e os adolescentes são sujeitos de direito e é dever do Estado atuar na sua proteção e na garantia dos seus direitos, por mais que esses direitos sejam violados pelas condutas dos próprios menores, tendo em vista o disposto no art. 98 do ECA.

O abrigo do adolescente não pode ser visto como uma penalidade pelo seu comportamento, pois se trata de medida de proteção (art. 101, VII, do ECA, com o objetivo de retirar a criança ou o adolescente da situação de risco, restabelecendo os seus direitos assegurados por lei.

Portanto, não se pode aceitar que o abrigo caracteriza a culpa exclusiva da vítima, sob pena de tornar letra morta os princípios e regras previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança ou adolescente não tem culpa pelo seu abrigo, pelo contrário, trata-se de medida de proteção, necessária à efetivação de seus direitos.

Do mesmo modo, não pode ser aceita a tese de que o acidente ocorreu por culpa do adolescente.

Com efeito, no caso em análise, a responsabilidade civil aplicada é a teoria da responsabilidade objetiva, que encontra amparo no art 37, § 6º, da CF/88, nos seguintes termos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§ 6º. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Em regra, a disposição acima se aplica às condutas comissivas da administração pública. Entretanto, a doutrina e a jurisprudência têm

posicionamento no sentido de que, havendo conduta omissiva específica, deve ser aplicada a regra da responsabilidade objetiva.

Nesse sentido, colhe-se da doutrina:

"Haverá omissão específica quando o Estado estiver na condição de garante (ou de guardião) e por omissão sua cria situação propícia para a ocorrência do evento em situação em que tinha o dever de agir para impedi-lo; a omissão estatal se erige em causa adequada de não se evitar o dano. Em outras palavras, a omissão específica pressupõe um dever de agir do Estado, que, se assim não o faz, a omissão é causa direta e imediata de não se impedir o resultado. [...] Em suma, a omissão específica, que faz emergir a responsabilidade objetiva da Administração Pública, pressupõe um dever específico do Estado, que o obrigue a agir para impedir o resultado danoso, quando a vítima se encontra sob sua proteção ou guarda (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 268).

Sobre o assunto também leciona MEIRELLES:

"[...] incide a responsabilidade civil objetiva quando a Administração Pública assume o compromisso de velar pela integridade física da pessoa e esta vem a sofrer um dano decorrente da omissão do agente público naquela vigilância. Assim, alunos da rede oficial de ensino, pessoas internadas em hospitais públicos ou detentos, caso sofram algum dano quando estejam sob a guarda imediata do Poder Público, têm direito à indenização, salvo se ficar comprovada a ocorrência de alguma causa de excludente daquela responsabilidade estatal (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 41. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015. p. 769-770).

No caso, a responsabilidade do Estado de Goiás decorre da sua omissão em adotar medidas necessárias à preservação da integridade física do adolescente abrigado, que acabou sofrendo acidente com uma cortadeira de ferro policorte (fl. 766).

Portanto, comprovado o dano, a omissão específica do Estado e o nexos causal entre eles, está configurado o dever de indenizar do Estado de Goiás.

Mudando o que deve ser mudado, destaca-se o seguinte precedente:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. INCONFORMISMO DO RÉU. RESPONSABILIDADE CIVIL. ALUNA DA REDE ESTADUAL AGREDIDA POR COLEGA. ATAQUE QUE OCORREU DENTRO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E NO HORÁRIO ESCOLAR. ESTADO QUE SE MOSTRA RESPONSÁVEL PELA INTEGRIDADE FÍSICA DA ESTUDANTE, INCLUSIVE, MENOR DE IDADE. EVENTO DANOSO CAUSADO POR OMISSÃO ESPECÍFICA DO ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 37, § 6º, DA CF. DEMONSTRAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE. PRESSUPOSTOS PREENCHIDOS. DEVER DE INDENIZAR. O disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, refere-se à responsabilidade objetiva do ente público pela ocorrência de atos comissivos que causem prejuízo a terceiros. No entanto, a doutrina e a jurisprudência têm firmado o posicionamento de que em havendo conduta **omissiva específica**, como no caso em comento, **a responsabilidade igualmente será objetiva**. "O Poder Público, ao receber o estudante em qualquer dos estabelecimentos da rede oficial de ensino, assume o grave compromisso de velar pela preservação de sua integridade física, devendo empregar todos os meios necessários ao integral desempenho desse encargo jurídico, sob pena de incidir em responsabilidade civil pelos eventos lesivos ocasionados ao aluno." (STF, Recurso Extraordinário n. 109.615/RJ, rel. Min. Celso de Mello, j. 28-5-1996). [...] RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0002004-82.2009.8.24.0282, de Jaguaruna, rel. Des. Odson Cardoso Filho, Quarta Câmara de Direito Público, j. 9-3-2017).

No mesmo sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. AGRESSÕES FÍSICAS A PRESO NO INTERIOR DE CADEIA PÚBLICA POR OUTROS DETENTOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA CONFORME ART. 37, §6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DANO MORAL CONFIGURADO. TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. DEVER DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ZELAR PELA INTEGRIDADE FÍSICA DAQUELES QUE ESTÃO SOB SUA CUSTÓDIA. MINORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE AFASTADA. RECURSO CONHECIDO E ACOLHIDO, EM PARTE. '**O Estado, no exercício do poder que a lei lhe confere de fazer juízo de valor sobre o comportamento das pessoas e lhes impor pena privativa de liberdade como punição, segregação, prevenção e objetivo de ressocialização, tem o dever de guarda e incolumidade sobre os seus condenados e encarcerados. No caso concreto, demonstrada a omissão estatal em não salvaguardar a integridade física de detento sob sua custódia, configurada está a responsabilidade civil objetiva e o dever de indenizar**' (TJSC, **Apelação Cível** n. 2010.017007-8, de Armazém, rel. Des. Cid Goulart, j. 31-05-2011).

Ainda:

"[...] havendo uma **omissão específica**, o **Estado** deve responder

objetivamente pelos danos dela advindos. Logo, se o prejuízo é consequência direta da inércia da Administração frente a um dever individualizado de agir e, por conseguinte, de impedir a consecução de um resultado a que, de forma concreta, deveria evitar, aplica-se a teoria objetiva, que prescinde da análise da culpa [...]” (TJSC, **Apelação / Remessa Necessária** n. 0300790-48.2014.8.24.0042, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 22-10-2018).

Por essas razões, a tese de culpa exclusiva da vítima deve ser afastada.

(c) Da Inexistência do Dano Moral.

Em sua apelação, o Estado de Goiás limitou-se a fundamentar a ausência de danos morais no fato de não haver prova de ato ilícito por parte do ente estatal.

Contudo, a existência da responsabilidade civil do Estado apelante foi devidamente analisada acima, de modo que a tese recursal não pode ser acolhida.

(d) Do pleito subsidiário para redução do valor fixado a título de danos morais.

Para a hipótese de ser mantida a sua responsabilidade civil, o Estado de Goiás pugnou pela redução do valor fixado como reparação por danos morais.

O argumento não merece prosperar. Quando da análise da Apelação Cível interposta pelo demandante/apelante Paul Albert, verificou-se que o valor fixado era suficiente, razão pela qual o *quantum* indenizatório foi mantido.

Desse modo, o pedido de reforma da sentença para a redução do valor da indenização não pode ser acolhido, pelas razões expostas acima quando da análise da pretensão para majoração da condenação.

(e) Aplicação da correção monetária e dos juros de mora de acordo com o art. 1.º-F da Lei Federal n. 9.494/1997.

O demandado/Apelante pretende a reforma da sentença para adequar os consectários legais (juros e correção monetária) ao disposto no art. 1.º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n.º 11.960/2009.

Razão não assiste ao apelante no ponto.

Em julgamento recente as Cortes Superiores firmaram entendimento em relação aos consectários legais das condenações legais da fazenda pública, deste modo, tendo em vista a fixação do Tema 810 do STF e do 905 do STJ, não merece prosperar o pleito do estado apelante.

2.3 Reexame Necessário

A sentença foi encaminhada para reexame necessário, tendo em vista a aplicação do enunciado da Súmula n. 490 do Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, a inexistência da responsabilidade civil do Estado de Santa Catarina e, conseqüentemente, a ausência do seu dever de indenizar já foram examinados quando da análise do recurso de Apelação interposto pelo demandante/apelante. Logo, desnecessário novo exame da matéria.

Com relação ao Estado de Goiás, ao analisar o seu reclamo recursal, constatou-se a sua responsabilidade pelos danos morais e estéticos sofridos pelo autor, bem como a inexistência da excludente de responsabilidade civil.

Do mesmo modo, a correção nos valores fixados a título de danos morais e materiais foram devidamente examinados.

Portanto, com intuito de evitar repetições desnecessárias, faço alusão à fundamentação acima.

Quanto ao momento de incidência dos juros de mora e da correção monetária, andou bem a magistrada de primeiro grau, pois decidiu de acordo com os enunciados das Súmulas n. 54 e n. 362 do Superior Tribunal de Justiça,

que dispõem:

Súmula n.º 54: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual."

Súmula n.º 362: "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento".

Nesta direção, extrai-se da jurisprudência desta Câmara de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CONTRA O ESTADO DE SANTA CATARINA. SENTENÇA QUE CONDENOU O ESTADO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM FAVOR DOS AUTORES POR ERRO JUDICIÁRIO. [...] ERRO JUDICIÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. NEXO CAUSAL COMPROVADO. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL MINORADO. MANUTENÇÃO DOS CONECTIVOS LEGAIS. **JUROS DE MORA. APLICÁVEIS OS ÍNDICES DA CADERNETA DE POUPANÇA (RE 870.947). CONTAGEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 54 DO STJ).** CORREÇÃO MONETÁRIA. INAPLICÁVEIS OS ÍNDICES DE POUPANÇA (RE 870.947). APLICÁVEL O IPCA-E (RESP. 1.495.146-MG). CONTAGEM A PARTIR DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362 DO STJ). PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. (TJSC, Apelação Cível n. 0026201-20.2009.8.24.0018, de Chapecó, rel. Des. Artur Jenichen Filho, Quinta Câmara de Direito Público, j. 24-05-2018).

Também:

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. PRISÃO INDEVIDA [...] **DANOS MORAIS. JUROS DE MORA A CONTAR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54 STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO ARBITRAMENTO. SÚMULA 362 DO STJ)** CUJO ÍNDICE A SER OBSERVADO, CONTUDO, É O IPCA-E, CONFORME RE 870947/SE. DANOS MATERIAIS. [...] RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO E DESPROVIDO O DO ENTE PÚBLICO. (TJSC, Apelação Cível n. 0500072-54.2012.8.24.0069, de Sombrio, rel. Des. Vilson Fontana, Quinta Câmara de Direito Público, j. 03-05-2018).

Por isso, mantém-se a incidência dos juros de mora da correção monetária nos termos da sentença de primeiro grau, pois em conformidade com os enunciados das Súmulas n. 54 e 362 do STJ.

2.4. Consectários legais. Análise de Ofício.

Examinando a sentença proferida pela MM Juíza Marisete Aparecida Turatto Pagnussatt, verifica-se a necessidade da readequação dos consectários legais. Por constituir questão de ordem pública, a matéria será abordada de ofício.

A readequação se justifica tendo em vista o julgamento dos autos da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário n. 870.947 (Tema 810), em 20-9-2017, no qual sedimentou-se a seguinte tese:

1) o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os **juros moratórios** aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é **inconstitucional** ao incidir sobre débitos oriundos de relação **jurídico-tributária**, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica **não-tributária**, a fixação dos **juros moratórios** segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é **constitucional**, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a **atualização monetária** das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se **inconstitucional** ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina" (RE 870.947, j. 20/9/2017, grifou-se e sublinhou-se).

Diante da referida decisão, o Superior Tribunal de Justiça, Corte incumbida de interpretar a legislação infraconstitucional, ao julgar o Tema 905, em 22/2/2018, fixou uma série de teses jurídicas relacionadas à correção monetária e à aplicação dos juros nas condenações impostas à Fazenda Pública, traçando parâmetros específicos da sua incidência, a depender da natureza da condenação (previdenciária, tributária, desapropriação, servidores e empregados públicos e condenatórias em geral).

Traz-se a ementa do REsp 1.492.221/PR, afetado como um dos recursos repetitivos do Tema 905:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. DISCUSSÃO SOBRE

A APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009) ÀS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. CASO CONCRETO QUE É RELATIVO A CONDENAÇÃO JUDICIAL DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA.

" TESES JURÍDICAS FIXADAS.

1. Correção monetária: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza.

1.1 Impossibilidade de fixação apriorística da taxa de correção monetária.

No presente julgamento, o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário.

1.2 Não cabimento de modulação dos efeitos da decisão.

A modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório.

2. Juros de mora: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), na parte em que estabelece a incidência de juros de mora nos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, aplica-se às condenações impostas à Fazenda Pública, excepcionadas as condenações oriundas de relação jurídico-tributária.

3. Índices aplicáveis a depender da natureza da condenação.

3.1 Condenações judiciais de natureza administrativa em geral.

As condenações judiciais de natureza administrativa em geral, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até dezembro/2002: juros de mora de 0,5% ao mês; correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) no período posterior à vigência do CC/2002 e anterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora correspondentes à taxa Selic, vedada a cumulação com qualquer outro índice; (c) período posterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança; correção monetária com base no IPCA-E.

3.1.1 Condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos.

As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual

de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E.

3.1.2 Condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas.

No âmbito das condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas existem regras específicas, no que concerne aos juros moratórios e compensatórios, razão pela qual não se justifica a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), nem para compensação da mora nem para remuneração do capital.

3.2 Condenações judiciais de natureza previdenciária.

As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009).

3.3 Condenações judiciais de natureza tributária.

A correção monetária e a taxa de juros de mora incidentes na repetição de indébitos tributários devem corresponder às utilizadas na cobrança de tributo pago em atraso. Não havendo disposição legal específica, os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês (art. 161, § 1º, do CTN). Observada a regra isonômica e havendo previsão na legislação da entidade tributante, é legítima a utilização da taxa Selic, sendo vedada sua cumulação com quaisquer outros índices.

4. Preservação da coisa julgada.

Não obstante os índices estabelecidos para atualização monetária e compensação da mora, de acordo com a natureza da condenação imposta à Fazenda Pública, cumpre ressaltar eventual coisa julgada que tenha determinado a aplicação de índices diversos, cuja constitucionalidade/legalidade há de ser aferida no caso concreto.

" SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO.

5. No que se refere à alegada afronta aos arts. 128, 460, 503 e 515 do CPC, verifica-se que houve apenas a indicação genérica de afronta a tais preceitos, sem haver a demonstração clara e precisa do modo pelo qual tais preceitos legais foram violados. Por tal razão, mostra-se deficiente, no ponto, a fundamentação recursal. Aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

6. Quanto aos demais pontos, cumpre registrar que o presente caso refere-se a condenação judicial de natureza previdenciária. Em relação aos juros de mora, no período anterior à vigência da Lei 11.960/2009, o Tribunal de origem determinou a aplicação do art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (1%); após a vigência da lei referida, impôs a aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009). Quanto à correção monetária, determinou a aplicação do INPC. Assim, o acórdão recorrido está em conformidade com a

orientação acima delineada, não havendo justificativa para reforma.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, c/c o art. 256-N e seguintes do RISTJ. (REsp 1492221/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, primeira seção, j. 22/02/2018, grifou-se)

Destaca-se que, em 24/9/2018, o Ministro Luiz Fux conferiu efeito suspensivo aos embargos declaratórios opostos nos autos do RE 870.947/SE (Tema 810), com pedido de modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal em Sessão Plenária.

Ocorre que, com o início do julgamento dos incidentes em 20 de março deste ano, a maioria dos Ministros decidiu pela não aplicação da Taxa Referencial como corretor das condenações impostas à Fazenda Pública entre 2009 e 2015, ou seja, pela eficácia imediata do posicionamento da Corte Suprema.

E, como bem consignou recentemente o Des. Ricardo Roesler ao tratar da matéria no julgamento dos Embargos de Declaração n. 0011544-19.2013.8.24.0023/50000:

"[...] embora não ignore o pedido de vista formulado naquela sessão, destaco que o resultado parcial é de seis votos contrário à modulação, quórum insuficiente para tal pretensão (art. 27 da Lei n. 9.868/1999).

Daí porque, apesar de não ter encerrado o julgamento, e notoriamente sem perspectiva de mudança substancial, não vislumbro razões concretas para postergar ainda mais a análise da questão. Portanto, penso que os parâmetros indicados quando do julgamento do Tema 810 devem ser aplicados em sua integralidade ao presente caso."

Assim, no caso concreto, os juros de mora e a correção deverão incidir na forma do item 3.1 do REsp 1492221/PR, rel. Min. Mauro Campbell Marques, primeira seção, j. 22/02/2018, assim redigido:

3.1 Condenações judiciais de natureza administrativa em geral.

As condenações judiciais de natureza administrativa em geral, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até dezembro/2002: juros de mora de 0,5% ao mês; correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir

de janeiro/2001; (b) no período posterior à vigência do CC/2002 e anterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora correspondentes à taxa Selic, vedada a cumulação com qualquer outro índice; (c) período posterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança; correção monetária com base no IPCA-E.

Desta forma, adequa-se os consectários de ofício.

3 Dispositivo

Ante o exposto, vota-se para:

(a) conhecer do recurso de apelação interposto por Paul Albert e negar-lhe provimento;

(b) conhecer do recurso de apelação interposto pelo Estado de Goiás e negar-lhe provimento;

(c) conhecer da remessa necessária e negar-lhe provimento;

(d) modificar a sentença, de ofício, na parte que determina a aplicação dos consectários legais, devendo ser adotada, para tanto, a tese 3.1 fixada pelo STJ no julgamento do Tema 905, aplicação definitiva dos índices no aguardo do julgamento dos embargos de declaração opostos no RE n. 870.947.

Este é o voto.